



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Programa de Pós-graduação
Mestrado Profissional em Educação Inclusiva - PROFEI
Faculdade de Ciências e Tecnologia

**FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA – PROFEI**

ELAINE DA SILVA NUNES

**PRÁTICAS COLABORATIVAS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ESPAÇO
DIGITAL DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA DOCENTES**

**Presidente Prudente
2025**

ELAINE DA SILVA NUNES

**PRÁTICAS COLABORATIVAS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ESPAÇO
DIGITAL DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA DOCENTES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Educação Inclusiva – PROFEI da Universidade Unesp,
como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientador(a): Dra. Daniela Melaré Vieira Barros

**Presidente Prudente
2025**

FICHA CATALOGRÁFICA

N972p	Nunes, Elaine da Silva Práticas colaborativas para uma educação inclusiva : espaço digital de formação continuada para docentes / Elaine da Silva Nunes. -- Presidente Prudente, 2025 100 p. : tabs., fotos Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente Orientadora: Dra. Daniela Melaré Vieira Barros 1. Educação Inclusiva. 2. Ensino Colaborativo. 3. Formação Continuada docente. 4. Aplicativo Padlet. 5. Tecnologias Digitais. I. Título.
-------	--

FICHA DE APROVAÇÃO

ELAINE DA SILVA NUNES

PRÁTICAS COLABORATIVAS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ESPAÇO DIGITAL DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA DOCENTES



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Presidente Prudente

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE ELAINE DA SILVA NUNES, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA - CÂMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE.

Aos 24 dias do mês de junho do ano de 2025, às 9h, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de ELAINE DA SILVA NUNES, intitulada **Práticas Colaborativas para a Educação Inclusiva: Espaço Digital de Formação Continuada para Docente**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Profa. Dra. DANIELA MELARÉ VIEIRA BARROS (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) Mestrado Profissional em Educação Inclusiva - Profei / Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva - Profei/UNESP, Profa. Dra. CICERA APARECIDA LIMA MALHEIRO (Participação Virtual) do(a) Mestrado Profissional em Educação Inclusiva - Profei / Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva - Profei/UNESP, Prof^a. Dr^a. ANA NOBRE (Participação Virtual) do(a) Educação / Universidade Aberta, Portugal. Após a exposição pela mestranda e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final: **Aprovada**. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

Profa. Dra. DANIELA MELARÉ VIEIRA BARROS

Assinado por: DANIELA MELARÉ
VIEIRA BARROS
Num. de Identificação: 31841811
Data: 2025/06/24 16:22:49 +0100

Dedico esse trabalho aos meus filhos que foram o meu alicerce durante essa jornada. A vocês, todo meu amor e minha gratidão!

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Profa. Dra. Daniela Melaré Vieira Barros, cuja combinação de profissionalismo, competência e ternura foi essencial ao longo desta jornada. Com seu incentivo, orientações precisas e sua sempre disponível presença, ela segurou minha mão e me encorajou em cada momento de fragilidade. Obrigada, querida professora, aprendi imensamente com você.

Aos coordenadores, professores e funcionários do PROFEI, minha sincera gratidão pela transmissão generosa de seus conhecimentos, sempre com humanidade, competência e eficácia. Agradeço também à UNESP, que, por meio do programa de mestrado em rede, possibilitou meu acesso a essa oportunidade tão enriquecedora.

Aos colegas do PROFEI, agradeço pela disposição em ajudar sempre que surgiram dúvidas ou dificuldades.

Por fim, agradeço aos professores de Praia Grande - SP, que colaboraram com os dados desta pesquisa e parceria.

Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.

(Paulo Freire)

RESUMO

NUNES, Elaine da Silva Nunes. **Collaborative Practices for Inclusive Education: Digital Space for Continuing Teacher Education**. 2025. 101 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva – PROFEI, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2025.

Esta investigação, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Inclusiva – PROFEI, tem como objetivo analisar o impacto da colaboração entre docentes no processo de formação continuada, com ênfase no uso de tecnologias para estudantes com deficiência em salas de aula inclusivas. A investigação parte do pressuposto de que a troca de experiências entre docentes fortalece práticas pedagógicas e contribui para a personalização do ensino. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza documental, realizada na rede municipal de ensino de Praia Grande (SP). Os dados foram obtidos por meio da análise de registros pedagógicos quinzenais, documentos institucionais e produções docentes compartilhadas em ambiente digital coletivo. O estudo descreve ainda a proposta de desenvolvimento de um ambiente virtual colaborativo, a ser implementado posteriormente na plataforma Padlet, com o objetivo de sistematizar e difundir práticas pedagógicas inclusivas. Considerando a disponibilidade de recursos tecnológicos na rede municipal como *tablets*, *Chromebooks* e acesso à internet, a investigação também busca incentivar o uso efetivo dessas ferramentas no cotidiano escolar docente. Os resultados apontam que a construção de um ambiente colaborativo favorece a apropriação de práticas pedagógicas inclusivas, ampliando o repertório docente e fortalecendo a autonomia na implementação de recursos tecnológicos acessíveis. Conclui-se que a colaboração estruturada entre professores, aliada à formação mediada por tecnologia, constitui um caminho promissor para consolidar uma educação inclusiva de qualidade.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Ensino Colaborativo. Formação Continuada docente. Aplicativo Padlet. Tecnologias Digitais.

ABSTRACT

NUNES, Elaine da Silva Nunes. ***Collaborative Practice in Inclusive Education: Digital Space for Ongoing Teacher Training***. 2025. 101 pages. Dissertation (Master's) - Professional Master's Program in Inclusive Education – PROFEI, Faculty of Science and Technology, São Paulo State University, Presidente Prudente, 2025.

This research, developed within the scope of the Professional Master's Program in Inclusive Education – PROFEI, aims to analyze the impact of teacher collaboration in the process of continuing education, with an emphasis on the use of technologies for students with disabilities in inclusive classrooms. The investigation is based on the premise that the exchange of experiences among teachers strengthens pedagogical practices and contributes to the personalization of teaching. It is a qualitative study of a documentary nature, conducted within the municipal education network of Praia Grande (São Paulo, Brazil). Data were collected through the analysis of biweekly pedagogical reports, institutional documents, and teaching materials shared in a collective digital environment. The study also presents the proposal for the future development of a collaborative virtual environment, to be implemented on the Padlet platform, aimed at systematizing and disseminating inclusive pedagogical practices. Considering the availability of technological resources in the local school system—such as tablets, Chromebooks, and internet access—this research also seeks to encourage the effective use of these tools in teachers' everyday practices. The results indicate that the construction of a collaborative environment supports the adoption of inclusive pedagogical practices, expands the professional repertoire of teachers, and enhances their autonomy in implementing accessible technological resources. It is concluded that structured collaboration among educators, combined with technology-mediated training, represents a promising path toward the consolidation of high-quality inclusive education.

Keywords: Inclusive Education. Collaborative Teaching. Continuing Teacher Education. Padlet. Digital Technologies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Processo Integrado	48
Figura 2 - Escola Municipal M. P.	64
Figura 3 - Escola Municipal M. P.	64
Figura 4 - Prática Colaborativa no Padlet	79
Figura 5 – Links Cursos para formação dos Professores	79
Figura 6 – Padlet ColabEdu.....	81
Figura 7 – Atividades compartilhadas entre professores	82
Figura 8 - 1º passo Padlet: abrir o navegador da internet	85
Figura 9 - 3º passo Padlet: o Padlet estará acessível com todo o conteúdo disponibilizado de forma fácil e dinâmica	85

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Nomes das bases de dados utilizadas	38
Quadro 2 - Ordem dos descritores/palavras-chave utilizadas nas buscas das bases de dados.....	40
Quadro 3 - Resultado pesquisas BDTD.....	41
Quadro 4 - Resultado pesquisas CAPES	43
Quadro 5 - Resultado pesquisas RCCAP	45
Quadro 6 - Resumo Interpretativo da Relação Educação Inclusiva, Ensino Colaborativo e Formação Docente	49
Quadro 7 - Formas de Aplicação do Ensino Colaborativo	32
Quadro 8 - Fatores essenciais para a colaboração docente	34
Quadro 9 - Documentação Escola Municipal.....	55
Quadro 10 - Categorias, trechos e interpretações dos quinzenários no contexto da formação colaborativa e digital	56
Quadro 11 - Sondagem inicial e final da escrita dos estudantes disponibilizadas pelos professores.....	75

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEP	Comitê de Ética em Pesquisas
CF	Constituição Federal
CNE	Conselho Nacional de Educação
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
HTPC	Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PEI	Plano de Ensino Individual
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROFEI	Programa de Pós-Graduação em Educação Inclusiva
RCAAP	Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TALE	Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
TEA	Transtorno do Espectro Autista
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNESCO Cultura	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
1 INTRODUÇÃO.....	17
1.1 Justificativa de pesquisa.....	22
1.2 Relevância da investigação.....	22
1.3 Objetivos da investigação.....	25
2 FUNDAMENTAÇÃO	28
2.1 Práticas de Ensino Colaborativo nos anos Iniciais	28
3 REVISÃO DE LITERATURA	38
4 METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO	52
4.1 Natureza da pesquisa.....	58
4.2 Local da Pesquisa documental.....	64
4.3 Planejamento do Recurso Educacional.....	66
4.4 Organização e Tratamento dos dados	68
4.5 Análise Final.....	69
5 RESULTADOS	70
5.1 Práticas pedagógicas inclusivas.....	71
5.2 Uso de tecnologias digitais.....	72
5.3 Formação docente em movimento: autonomia e colaboração	73
5.4 Desempenho dos estudantes.....	74
5.5 Espaço digital colaborativo.....	78
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
REFERÊNCIAS	90
APÊNDICES.....	97
APÊNDICE A – Carta de autorização para utilização de documentos escolares....	97
ANEXOS.....	98
ANEXO A – Ata do Exame Geral de Qualificação.....	98
ANEXO B - Padlet.....	99

APRESENTAÇÃO

Minha trajetória na educação iniciou-se em 2012, motivada por uma experiência pessoal: um de meus filhos enfrentava desafios no processo de alfabetização, o que despertou em mim o desejo de estudar Pedagogia, buscando entender e aprimorar as práticas educacionais. Concluí minha graduação em 2014 e, no mesmo ano, ingressei como professora adjunta na rede municipal de Praia Grande - São Paulo. Nesse ambiente, adquiri experiência, mas também uma visão prática sobre a diversidade de métodos e abordagens no ensino inicial, aprendendo não só as bases da educação, mas também os fundamentos do desenvolvimento infantil e da psicologia educacional, essenciais para entender e apoiar as múltiplas formas de aprender.

Com a necessidade de aprofundar meus conhecimentos no processo alfabetizador e oferecer aos estudantes uma base sólida e diversificada, realizei uma pós-graduação em Alfabetização e Letramento em 2016. Essa formação me proporcionou um embasamento teórico mais aprofundado, essencial para a prática em sala de aula, fortalecendo minha prática pedagógica no que diz respeito ao ensino da leitura e da escrita, que são essenciais para a construção de um aprendizado significativo. Ao longo dos anos, cada experiência vivida reforçou meu compromisso com uma prática pedagógica flexibilizada e sensível às diversas necessidades dos estudantes.

Esse curso me deu as ferramentas teóricas e práticas para oferecer aos meus estudantes um ensino mais estruturado e inclusivo, com metodologias adequadas às necessidades específicas de cada estudante. Com essa formação, desenvolvi a visão de que um ensino eficaz requer uma base sólida, que parte das particularidades de cada estudante para construir um aprendizado individualizado e motivador.

Durante as aulas remotas de 2020, essa necessidade se tornou ainda mais evidente, especialmente no atendimento de crianças com diferentes perfis de aprendizagem, o que me levou a iniciar uma especialização em Educação Especial e Inclusiva. Essa formação me abriu novos horizontes sobre a importância da personalização do ensino e da flexibilização pedagógica.

Em 2022, realizei também um curso de Neuropsicopedagogia, o mesmo impactou direto em minha prática em sala de aula, pois me proporcionou uma

compreensão mais profunda dos fatores cognitivos e emocionais que influenciam o aprendizado. Com essa formação, passei a identificar com mais clareza as necessidades individuais dos estudantes, como dificuldades de atenção, memorização e compreensão. Assim, pude ajustar minhas abordagens de ensino, aplicando estratégias mais personalizadas, como técnicas de autorregulação, uso de estímulos visuais para auxiliar a memorização e atividades práticas que respeitam o tempo e o ritmo de cada criança. Essas mudanças contribuíram para um ambiente de aprendizado mais acolhedor, onde cada estudante se sente valorizado em sua singularidade.

Reconhecendo a importância de estratégias pedagógicas diversificadas, iniciei em 2023 o mestrado na UNESP, onde me deparei com práticas inovadoras e profissionais altamente qualificados, o que ampliou minha visão sobre o papel transformador da educação. Esse caminho foi impulsionado por experiências anteriores, especialmente durante a pandemia de 2020, quando percebi que muitos estudantes ficaram sem o acompanhamento individualizado de que precisavam. Essa situação revelou a necessidade de uma melhor preparação docente e de uma troca de experiências mais efetiva entre professores — uma demanda que despertou em mim o desejo de contribuir para a formação de outros educadores.

Compartilhei meu sonho de cursar o mestrado com colegas de trabalho, familiares e professores da minha rede de apoio, e recebi total incentivo e orientação para seguir adiante. Hoje, atuo como professora do 5º ano na Escola Municipal M. P., em Praia Grande, SP, onde aplico os aprendizados com um olhar atento ao desenvolvimento de cada um.

Minha jornada até o mestrado foi marcada por desafios e conquistas. Conciliar as disciplinas com o trabalho exigiu disciplina e dedicação intensas. Realizei pesquisas, escrevi, li e reli por diversas vezes, mês após mês, em busca de compreender cada tema e dar o meu melhor. Esses dois anos representaram um período de profundo aprendizado e crescimento acadêmico, nos quais me esforcei para aproveitar cada oportunidade de conhecimento.

Ao longo do curso, tive o privilégio de conhecer profissionais inspiradores, igualmente comprometidos com a educação e movidos pelo desejo de contribuir para uma prática pedagógica mais inovadora. Encontrei professores altamente engajados e apaixonados pela docência, convictos de que a educação no país pode alcançar qualidade e equidade para todos — desde que cada educador assuma um papel

transformador, contando também com o devido reconhecimento do sistema que nos rege.

O mestrado profissional me permitiu expandir conhecimentos e realizar sonhos, aplicando as teorias estudadas em práticas significativas na escola. As experiências e saberes adquiridos se tornaram ações concretas, com o objetivo de tornar o ambiente escolar mais rico e dinâmico.

Além de conhecer muitas pessoas e enriquecer meu conhecimento, o mestrado profissional trouxe novas oportunidades de realização e conquistas. Ao longo do curso, imersa nos estudos, dediquei-me a transferir o que aprendi para o ambiente escolar, convertendo esses saberes em ações práticas e efetivas.

Essa trajetória acadêmica e profissional é para mim a concretização de um ideal e uma jornada de constante aprimoramento. Sou profundamente grata ao apoio da minha família, aos meus filhos, que são minha fonte de inspiração diária. Acredito no potencial da educação para impactar vidas de forma significativa e sigo comprometida com a busca por um ensino mais abrangente, significativo e transformador.

Do ponto de vista social, o tema é importante porque aborda a personalização do ensino e a inclusão de todos os estudantes, independente de suas características ou necessidades. Em um país tão diverso quanto o Brasil, investir em práticas inclusivas é fundamental para promover a equidade na educação, e a colaboração entre os profissionais da educação surge como uma ferramenta importante para transformar o ambiente escolar. A prática colaborativa auxilia na capacitação contínua dos professores, contribuindo para uma educação mais equitativa e acessível a todos.

Essas reflexões, vivências e experiências docentes me levaram à escolha do tema desta pesquisa, intimamente relacionado à minha trajetória profissional. Ao longo do tempo, desenvolvi práticas diferenciadas e, ao buscar novas estratégias, encontrei o Ensino Colaborativo — uma abordagem que, de certa forma, eu já aplicava sem conhecer profundamente seus fundamentos. Aprofundei meus conhecimentos nessa área e passei a implementar esse trabalho em conjunto com a equipe escolar com a qual atuo atualmente, buscando oferecer aos estudantes um percurso de aprendizagem mais prático e significativo.

A introdução de estratégias personalizadas resultou em maior engajamento e progresso na aprendizagem de habilidades fundamentais, como leitura e escrita. Estudantes que anteriormente apresentavam dificuldades em acompanhar o conteúdo

passaram a demonstrar maior participação e confiança, reflexo de um ambiente mais inclusivo e menos rígido. A utilização de práticas baseadas em autorregulação e estímulos visuais, além de melhorar a concentração, favoreceu a autonomia de estudantes que necessitavam de mais apoio. Esses resultados reforçam a importância de uma prática pedagógica adaptativa e comprovam o papel transformador das teorias estudadas, destacando o impacto positivo de cada intervenção educacional.

Assim, sigo comprometida com práticas que promovam o desenvolvimento humano e a construção do conhecimento, valorizando as múltiplas potencialidades dos estudantes. Meu objetivo é proporcionar a eles protagonismo, assegurar seus direitos e fortalecer seu pertencimento social como sujeitos históricos. Entendo que o ambiente escolar, construído por diversas culturas e perspectivas, é um espaço plural que deve ser priorizado pelos educadores, sejam eles especialistas em Educação Especial ou professores de sala comum. Nosso compromisso é atender igualmente às necessidades de todos os estudantes, com ou sem deficiência, garantindo a todos o direito a um aprendizado significativo.

Por fim, esta dissertação representa uma contribuição científica significativa para o campo educacional, especialmente no que diz respeito à inclusão e à personalização das práticas pedagógicas. Em muitas escolas, a falta de preparo para lidar com estudantes que têm diferentes formas de aprender ainda é uma realidade. Com este trabalho, espero colaborar com orientações práticas para professores, oferecendo caminhos pedagógicos e evidências que possam tornar a educação inclusiva uma realidade em cada vez mais escolas brasileiras.

1 INTRODUÇÃO

Uma escola inclusiva é aquela que reconhece e valoriza as diferenças entre os estudantes, garantindo não apenas o acesso, mas também a permanência, a participação e a aprendizagem de todos, conforme define a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008). Para que a inclusão escolar se efetive, é imprescindível uma transformação abrangente em toda a comunidade escolar, com ênfase no papel do professor, protagonista no processo educativo e na construção de um ambiente acessível e acolhedor. Essa transformação tem como ponto de partida a conscientização docente quanto à sua responsabilidade em identificar e minimizar as barreiras à aprendizagem e à participação, por meio da diversificação de práticas pedagógicas, metodologias e uso de recursos e estratégias que favoreçam o acesso ao currículo por todos os estudantes. As Diretrizes da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) reforçam esse papel, ao estabelecer que os profissionais da educação devem adotar medidas de acessibilidade e promover estratégias pedagógicas que atendam às necessidades específicas dos educandos. Como destaca Mantoan (2003), “a inclusão escolar exige mudança cultural e estrutural na escola, e os professores são os principais agentes desse processo.”

A Educação Inclusiva, conforme orientações da ONU (UNESCO, 2023), vai além da presença física do estudante com deficiência na escola. Ela se concretiza quando há acesso, permanência, participação e aprendizagem. Essa concepção está ancorada em princípios democráticos, em consonância com o contexto político atual de defesa dos direitos humanos e da equidade social.

A educação tem a responsabilidade de responder às necessidades de todos os estudantes, sem exceções, adotando estratégias e métodos variados para garantir uma aprendizagem justa, significativa e acessível. Quando defendemos uma educação inclusiva, abrimos espaço para discutir a integração plena de estudantes com deficiência em escolas regulares, uma questão cada vez mais presente e relevante na atualidade.

O debate sobre educação inclusiva e os direitos das pessoas com deficiência é antigo e essencial, sendo abordado com crescente profundidade desde o século XIX. Esse movimento teve marcos importantes, como a fundação do Instituto dos Meninos Cegos (hoje Instituto Benjamin Constant – IBC) em 1854 e do Instituto dos Surdos

Mudos (atualmente Instituto Nacional da Educação de Surdos – INES) em 1857 (Januzzi, 2006). Seguindo essa linha de atendimento especializado, surgiu em 1926 o Instituto Pestalozzi, voltado para pessoas com deficiência intelectual. Em 1945, Helena Antipoff criou o primeiro Atendimento Educacional Especializado (AEE), fortalecendo o movimento por uma educação que reconhecesse as particularidades de cada estudante.

Ao longo do século XX, o Brasil consolidou direitos educacionais para as pessoas com deficiência. A Constituição de 1988 foi um marco ao garantir, no artigo 3º, inciso IV, o compromisso de “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (Brasil, 1988). No artigo 205, assegura a educação como direito de todos, e no artigo 206, inciso I, a igualdade de acesso e permanência na escola. Já o artigo 208 reforça o dever do Estado em oferecer atendimento educacional especializado, preferencialmente em escolas regulares, para estudantes que necessitam de apoio específico (Brasil, 1988). Esses avanços legislativos são o resultado de lutas históricas por uma educação que acolha e valorize as diferenças, promovendo uma sociedade mais justa e inclusiva.

Para que a inclusão ocorra efetivamente, é essencial a mediação do educador, que necessita conhecer as necessidades do estudante de forma individual e prover maneiras para que as práticas pedagógicas desenvolvidas na escola sejam organizadas e desenvolvidas a fim de atender às necessidades de todos, partindo do pressuposto de que todos os estudantes têm condições de aprender, segundo suas próprias capacidades.

Segundo Mantoan (2003), a inclusão deve trazer uma mudança na perspectiva educacional, pois não se limita a atender estudantes com dificuldades escolares, mas beneficia toda a comunidade escolar de forma igualitária. Segundo a autora, o foco da inclusão é “não deixar ninguém de fora” no ensino Inclusivo. A partir deste ponto de vista, as escolas propõem uma forma de constituir um sistema educacional que leva em consideração as diferenças de todos os estudantes e é estruturado de acordo com elas. A educação inclusiva contribuirá assim para uma maior igualdade de oportunidades para todos, com qualidade.

As pessoas com deficiência necessitam conhecer estratégias, recursos e materiais que proporcionem o aprendizado do cotidiano como o de leitura e escrita. É papel de profissionais que trabalham na habilitação e reabilitação, atualizar e favorecer

este conhecimento em tecnologia, para que seu desempenho possa ser potencializado por meio do uso adequado desses recursos e serviços.

Uso de tecnologia facilita a melhora do aprendizado de estudantes com deficiência, a utilização de recursos específicos em atividades diárias, leitura e escrita, e refere-se a instrumentos, equipamentos de mobilidade que são modificados ou especialmente projetados para melhorar ou reduzir o funcionamento do estudante de inclusão, beneficiando a autonomia plena ou assistida (Gasparetto, 2012).

Reconhece-se que existem muitas barreiras no acesso à tecnologia para pessoas com deficiência. Os profissionais carecem de conhecimento porque não recebem nenhuma formação sobre como trabalhar com esses estudantes em sala de aula e suas necessidades são muitas vezes descobertas por conta própria. Esse fator impede que a inclusão seja legitimada na prática, e os estudantes que não seguem um perfil de estudante pré-determinado e desta forma, permanecem excluídos das atividades escolares.

A falta de preparo adequado dos professores para o uso de tecnologias digitais é uma das principais barreiras à integração dessas ferramentas no ensino. Como destacam Maciel et al. (2024), muitos docentes ainda recebem formações superficiais ou mal direcionadas, o que compromete o uso pedagógico efetivo das tecnologias, quando não leva ao uso incorreto. A ausência de uma formação continuada específica em tecnologias educacionais impede que os professores desenvolvam as habilidades necessárias para utilizá-las de forma criativa e eficiente no processo de ensino e aprendizagem. Esse cenário, agravado pela escassez de suporte institucional, dificulta a adaptação de muitos educadores à realidade digital.

A inclusão é mais do que matricular crianças com deficiências nas escolas; trata-se de acolher todos os estudantes em idade escolar. Para isso, são necessárias adequações estruturais, formação de profissionais capacitados, atendimento educacional especializado e o uso de recursos adequados. Portanto, são essenciais adequações que promovam um ambiente escolar acessível e acolhedor, proporcionando aos estudantes oportunidades de construção do conhecimento de forma significativa.

Conforme destacam Glat e Blanco (2009, p. 33):

[...] o sucesso da Política de Educação Inclusiva depende da continuidade da existência dessa rede de suportes especializados, incluindo a formação inicial

e continuada de professores especialistas nos diferentes tipos de necessidades especiais e níveis de ensino.

Diante dos desafios históricos relacionados à garantia de direitos educacionais, a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9.394/1996, representou um marco ao incorporar, em seu texto, o princípio da educação inclusiva. A partir dessa legislação, passou-se a assegurar o direito de matrícula de estudantes com deficiência nas instituições da rede regular de ensino, promovendo, assim, a ampliação do acesso e da permanência desses sujeitos no sistema educacional.

Em 1999, foi elaborada a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência, conhecida como Convenção da Guatemala, com o objetivo de promover a eliminação de barreiras e assegurar a plena integração das pessoas com deficiência na sociedade, em igualdade de condições. O Brasil assinou a convenção naquele mesmo ano, e a sua promulgação no país ocorreu por meio do Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001 (Brasil, 2001). Ainda em 1999, foi instituída a Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência, que definiu a Educação Especial como modalidade transversal a todos os níveis e etapas da educação, reafirmando seu caráter complementar e/ou suplementar ao ensino regular, conforme previsto nas diretrizes nacionais (Brasil, 1999).

Sassaki (2003) afirmou que a inclusão escolar só se torna realidade com a adequação do sistema educacional para garantir acesso a toda diversidade de estudantes. Para ele, é essencial acolher e preparar cada estudante, oferecendo um ensino de qualidade por meio de respostas que atendam às capacidades, potencialidades, habilidades e necessidades específicas de cada um.

As escolas passam a serem chamadas inclusivas no momento em que decidem aprender com os estudantes o que deve ser eliminado, modificado, substituído ou acrescentado nas seis áreas de acessibilidade (arquitetônica, atitudinal, comunicacional, metodológica, instrumental, programática) a fim de que cada estudante possa aprender pelo seu estilo de aprendizagem e com o uso de todas as suas múltiplas inteligências (Sassaki, 2003, p.15).

Os professores têm buscado constantemente formações voltadas às práticas inclusivas, incluindo ações e estratégias pedagógicas que viabilizem o trabalho docente

e promovam, de fato, uma educação acessível, dentro das condições oferecidas por cada escola e respeitando as particularidades dos estudantes (Machado; Almeida, 2014). Ainda assim, eles enfrentam desafios e inseguranças nessa área de atuação, mesmo após participarem de formações continuadas (Capellini; Mendes, 2008).

O Ensino Colaborativo é uma estratégia pedagógica que, embora ainda esteja em estágio inicial de implementação em muitos sistemas educacionais brasileiros, apresenta grande potencial para a efetivação da inclusão escolar de estudantes com deficiência (Capellini, 2004). Trata-se de uma prática fundamentada na atuação conjunta entre os diversos profissionais da educação, especialmente entre o professor da sala comum e o professor da educação especial, promovendo a corresponsabilidade no processo educacional. Ao priorizar parcerias entre os agentes escolares e incentivar o envolvimento ativo de toda a comunidade educativa, o Ensino Colaborativo busca garantir o acesso, a permanência e a construção de aprendizagens significativas, assegurando condições para o desenvolvimento de uma prática docente mais equitativa e responsiva à diversidade presente nas salas de aula.

Estudos recentes reforçam que o ensino colaborativo não se limita a um método, mas se configura como uma abordagem que promove a cooperação entre os agentes educacionais, incentivando parcerias entre professores, gestores e profissionais da educação especial. Em sua revisão de literatura sobre “Ensino colaborativo e educação especial”, Dalfré (2023) evidencia que é uma proposta inovadora, capaz de fortalecer o trabalho dos educadores e melhorar a qualidade do ensino para todos os alunos. Seu estudo destaca que o modelo promove o compartilhamento de responsabilidades e o planejamento coletivo, gerando percepção positiva acerca das parcerias entre os profissionais, o que contribui para a efetivação da inclusão escolar.

Essa perspectiva favorece um ambiente escolar mais inclusivo, no qual a troca de conhecimentos e a corresponsabilidade na mediação pedagógica garantem um processo de ensino-aprendizagem significativo para todos os estudantes.

Dessa forma, a investigação propõe refletir sobre caminhos possíveis para a formação continuada de docentes voltada à inclusão escolar, com ênfase no uso de tecnologias digitais e práticas colaborativas. Para orientar essa proposta, a seguinte questão norteadora é apresentada: De que maneira a criação de um espaço digital colaborativo pode contribuir para a formação continuada de professores, visando práticas inclusivas com uso de tecnologias?

1.1 Justificativa de pesquisa

A presente investigação parte do reconhecimento de que o insucesso escolar e as dificuldades enfrentadas pelos estudantes são, com frequência, atribuídos à suposta incompetência dos próprios estudantes ou à metodologia empregada pelos professores. Essa perspectiva, ainda presente na cultura escolar, desconsidera a complexidade do processo de ensino-aprendizagem e o papel fundamental do educador nesse contexto. Diante disso, buscou-se identificar os paradigmas que necessitam ser superados para a promoção de uma educação inclusiva, propondo ações e conteúdos que abordem tais desafios. O objetivo central consistiu em contribuir para o aprimoramento da formação docente, deslocando o foco das dificuldades para a valorização do desenvolvimento integral dos estudantes.

A metodologia adotada é qualitativa, baseada em pesquisa documental, com análise crítica de diversos materiais disponíveis no ambiente escolar. Entre esses documentos, destacam-se os quinzenários - registros periódicos das práticas pedagógicas e reflexões docentes - e imagens da Escola Municipal que ilustram o contexto educacional e a infraestrutura utilizada pelos professores e estudantes. Também foram analisados documentos oficiais, como o Currículo Municipal e o Planejamento Anual, além das produções docentes armazenadas no drive escolar, construído em colaboração com as professoras do segmento estudado.

1.2 Relevância da investigação

A relevância desta investigação está ancorada na necessidade de se promover uma educação inclusiva, em que cada estudante, independentemente de suas capacidades ou necessidades, tenha acesso a um ensino de qualidade.

A utilização de tecnologia surge como uma ferramenta importante para potencializar a aprendizagem dos estudantes com deficiência. No entanto, muitos educadores ainda carecem de formação adequada para utilizar esses recursos de forma eficiente. A formação continuada tem como objetivo promover o desenvolvimento profissional dos educadores ao longo da carreira, possibilitando a atualização de

conhecimentos e habilidades diante das novas exigências da educação (Schlemmer; Schuster; Lima, 2022). Essa prática é fundamental para que os professores consigam integrar, de forma eficaz e significativa, as tecnologias no processo de ensino e aprendizagem.

A criação de espaços para o compartilhamento de práticas pedagógicas bem-sucedidas e para a troca de experiências entre educadores é fundamental para o desenvolvimento de estratégias eficazes que promovam a inclusão escolar de pessoas com deficiência. Esse processo favorece a construção coletiva do conhecimento, o fortalecimento do trabalho colaborativo e amplia a compreensão das tecnologias digitais como aliadas essenciais no ensino, tal como defendem Lima e Pletsch (2020).

A relevância desta investigação reside em sua potência para transformar o contexto educacional, permitindo que os professores, ao assumirem o papel de mediadores – conforme perspectiva da psicologia sócio-histórica de Damiani (2008) – conduzam o processo inclusivo ao utilizar a tecnologia como ferramenta para assegurar que todos os estudantes, sem exceção, tenham acesso equitativo às oportunidades educativas e ao pleno desenvolvimento de seu potencial.

Os espaços digitais têm se mostrado fundamentais na formação continuada de professores, proporcionando ambientes interativos e colaborativos para a construção do conhecimento. A incorporação das tecnologias digitais na educação ainda enfrenta muitos desafios, especialmente por parte dos docentes. Um dos principais entraves é a resistência à mudança, que costuma estar ligada à falta de familiaridade com as ferramentas digitais ou à crença de que as metodologias tradicionais ainda dão conta do recado. Segundo Silva et al. (2021), muitos professores veem as tecnologias como uma ameaça ao modelo de ensino que já dominam, o que dificulta a abertura para novas abordagens. Essa resistência se intensifica quando há insegurança quanto às próprias habilidades tecnológicas, dificultando o uso efetivo dos recursos digitais. Soma-se a isso a sobrecarga de trabalho e o medo de não dar conta de conciliar inovação com as demandas diárias, o que acaba travando ainda mais o processo de integração tecnológica.

Do ponto de vista técnico, o *Padlet* pode ser classificado como uma ferramenta de aprendizagem colaborativa e interativa, que combina elementos de fóruns de discussão, murais digitais e ambientes de compartilhamento de arquivos, permitindo a criação de diferentes tipologias de quadros, como murais para brainstorming, mapas

conceituais, linhas do tempo e painéis de discussão. Essa diversidade de formatos possibilita uma organização estruturada das informações, facilitando o processo de ensino e aprendizagem.

De acordo com Gianini (2017), o *Padlet* se destaca pela praticidade no uso, sendo compatível com diversos sistemas operacionais, como Android, Kindle e iOS. O autor também enfatiza que, por permitir a criação e personalização do layout, a ferramenta pode ser configurada como uma plataforma educacional eficiente, com navegação intuitiva e acessível, tornando-se uma aliada valiosa no contexto pedagógico. A plataforma permite uma organização eficiente das práticas, viabilizando uma análise posterior mais estruturada e aprofundada, com capacidade de visualização em tempo real, o que promove um aprendizado e uma rede de apoio entre educadores.

Mendes (2016), o estudo investigou a prática pedagógica dos docentes no atendimento a estudantes com deficiência, considerando tanto as barreiras enfrentadas quanto às competências desenvolvidas. Os resultados evidenciaram a necessidade de maior investimento em formação continuada sobre Ensino Colaborativo e adequação de atividades, visando ampliar a compreensão e a atuação dos professores. Isso possibilitaria a implementação de práticas pedagógicas mais adequadas às necessidades e particularidades dos estudantes com deficiência. O estudo confirmou que a adoção dessas estratégias favorece a interação e a participação dos estudantes, promovendo seu desenvolvimento acadêmico e social.

Porta (2015), aprofundou-se na análise das práticas pedagógicas inclusivas realizadas por professores nos anos iniciais do Ensino Fundamental, buscando entender como essas práticas se conectam com as potencialidades dos docentes e as necessidades dos estudantes com deficiência. A pesquisa revelou a complexidade do processo de inclusão escolar e, particularmente, as dificuldades que envolvem o ensino-aprendizagem desses estudantes. Porta evidenciou que, apesar da escola apresentar um alto Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), o processo de inclusão ainda estava aquém do esperado, marcado por lacunas atitudinais, pedagógicas e na formação dos profissionais. O modelo tradicional de ensino, que coloca o professor como detentor do conhecimento e os estudantes como meros receptores passivos, ainda era predominante, o que resultou na não efetivação das necessidades específicas dos estudantes com deficiência. A autora destacou as dificuldades enfrentadas pelos professores, que relataram a ausência de formação

continuada adequada, a falta de práticas pedagógicas adequadas para a inclusão de estudantes com deficiência e, sobretudo, a carência de uma parceria entre os professores especializados da Educação Especial e os professores da sala comum, essencial para a efetiva inclusão.

A criação de espaços online dedicados à troca de experiências pedagógicas e práticas inclusivas torna-se essencial para a construção de uma educação realmente acessível. Esses ambientes digitais possibilitam que os educadores compartilhem saberes, troquem experiências e explorem práticas bem sucedidas, ampliando o repertório pedagógico com métodos adequados e sensíveis às diversidades presentes na sala de aula. Os espaços criam um ambiente de formação colaborativa contínua, facilitando o acesso a recursos tecnológicos e estratégias inclusivas que são construídas diretamente para uma prática pedagógica e inclusiva. (Wenger; Mcdermott; Snyder, 2002).

Moran (2013) destaca que a formação mediada por tecnologia democratiza o conhecimento e transforma a prática pedagógica, conectando educadores de diferentes contextos e criando um ambiente de troca de soluções para as demandas do ensino inclusivo. Dessa forma, os espaços digitais fomentam uma cultura de apoio e inovação contínua, ajudando os professores a se tornarem mediadores mais independentes e competentes, com capacidade de atender às necessidades de todos os estudantes, e garantindo que cada um tenha acesso às oportunidades de aprendizagem e ao pleno desenvolvimento do seu potencial.

1.3 Objetivos da investigação

Este documento apresenta o Recurso Educacional resultante da investigação realizada no curso de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva do Programa de Pós-Graduação em Educação Inclusiva (PROFEI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). O processo de desenvolvimento deste Recurso Educacional, articulado com a análise documental e os estudos realizados, culminou

na elaboração da dissertação intitulada “Práticas colaborativas para uma educação inclusiva: espaço digital de formação continuada para docentes”.

O público-alvo principal são professores/as interessados/as em ampliar seus conhecimentos e acessar propostas de práticas pedagógicas colaborativas e inclusivas, com ênfase na utilização de tecnologias digitais no contexto escolar.

A plataforma oferece um ambiente colaborativo e visualmente atrativo, facilitando a participação ativa de professores e estudantes. Essa interatividade estimula o compartilhamento de ideias, reflexões e experiências de forma dinâmica, o que pode resultar em dados qualitativos mais ricos e variados. Como afirmam Mota, Machado e Santos Crispim (2017), o *Padlet* contribui significativamente para o uso pedagógico da tecnologia, promovendo práticas mais inovadoras e contextualizadas.

O *Padlet* permitiu a organização e categorização das informações de maneira intuitiva, facilitando a análise posterior. A possibilidade de incluir diferentes tipos de conteúdo, como textos, imagens e vídeos, torna o registro das experiências mais abrangente e interessante. Com a capacidade de visualizar as contribuições em tempo real, os participantes podem se inspirar nas ideias uns dos outros, promovendo um aprendizado colaborativo e fortalece a rede de apoio entre educadores. Assim, o recurso do *Padlet* torna o processo de coleta de dados mais eficiente, mas também contribui para uma construção coletiva de conhecimento que pode influenciar positivamente as práticas pedagógicas, sobretudo no contexto da educação inclusiva.

A dissertação tem como objetivo específico analisar a contribuição do *Padlet* para a formação continuada de professores, com ênfase na aplicação de tecnologias na educação inclusiva. Busca-se compreender como a interação entre docentes e o acesso a materiais formativos podem impactar a prática pedagógica, promovendo boas estratégias para a inclusão escolar.

O recurso educacional desenvolvido, um ambiente digital colaborativo via *Padlet*, tem como principal objetivo facilitar a troca de conhecimentos entre docentes, proporcionando um espaço interativo para o compartilhamento de experiências e práticas pedagógicas voltadas à educação inclusiva. Embora inicialmente pensado para o ensino regular, o ambiente também se mostra aplicável a outros níveis de ensino, como a educação profissional e o ensino superior, reconhecendo que os princípios da inclusão devem permear todo o percurso formativo e envolver todos os contextos educacionais. A troca contínua entre educadores fortalece a construção de

soluções pedagógicas inovadoras, aprimorando as práticas pedagógicas inclusivas, auxiliando os professores na implementação de metodologias adequadas às necessidades dos estudantes. O ambiente digital permite a aplicação de estratégias acessíveis, contribuindo para um ensino mais equitativo.

A formação contínua de professores é essencial para garantir que a educação inclusiva seja implementada nas escolas. Neste contexto, a análise de experiências digitais inovadoras que promovam o desenvolvimento profissional dos professores constitui um passo fundamental. As plataformas e metodologias digitais oferecem oportunidades para criar ambientes flexíveis e interativos que permitem aos educadores atualizar e partilhar constantemente as melhores práticas. Como resultado, os professores estão mais bem preparados para atender às necessidades individuais dos estudantes, utilizando abordagens abrangentes e tecnológicas.

Criar um ambiente que favoreça a colaboração entre professores é essencial para construir soluções coletivas que atendam às demandas da educação inclusiva. Esta área deverá também incentivar a reflexão crítica sobre as práticas de ensino e a adequação de metodologias com ênfase na diversidade dos estudantes.

Nesta dissertação, é apresentada uma análise sobre a formação de professores no contexto da educação inclusiva, com ênfase no papel das tecnologias como ferramentas para a diversificação das práticas pedagógicas. Será apresentado o recurso educacional desenvolvido, um ambiente digital interativo via *Padlet*, concebido para facilitar a troca de experiências na cidade de Praia Grande, o acesso a materiais formativos e a construção coletiva de soluções pedagógicas inovadoras.

A investigação articula referenciais teóricos para investigar a eficácia desse espaço digital na qualificação docente e na adoção de práticas mais equitativas no ensino, explorando as bases conceituais da educação inclusiva, o impacto das tecnologias na aprendizagem e a importância da colaboração entre educadores para a construção de um ensino acessível. A fundamentação teórica que se segue fornecerá o embasamento necessário para compreender os princípios que orientam essa proposta, situando-a no contexto das discussões contemporâneas sobre inclusão, inovação pedagógica e formação docente.

Por fim, a estruturação do *Padlet* como recurso educacional é uma proposta concreta para potencializar a formação continuada de professores. Ao promover a criação de uma plataforma digital, pretende-se proporcionar um ambiente propício ao

desenvolvimento profissional contínuo, que permita a interação entre educadores e o acesso a recursos atualizados para a inclusão. Esta área, além de contribuir para a troca de conhecimentos e práticas, será uma ferramenta indispensável que permitirá aos professores desenvolver competências específicas, facilitando a implementação de práticas integrais no cotidiano escolar.

2 FUNDAMENTAÇÃO

2.1 Práticas de Ensino Colaborativo nos anos Iniciais

A educação inclusiva fundamenta-se no princípio de que todos os estudantes, independentemente de suas diferenças, devem ter acesso a um ensino de qualidade em ambientes educacionais comuns, contando com suporte adequado para seu desenvolvimento integral (UNESCO, 1994). No Brasil, avanços significativos ocorreram com a promulgação da Constituição Federal de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Brasil, 1996), e da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), que estabelecem diretrizes para garantir o direito à escolarização de estudantes com deficiência no ensino regular, promovendo equidade, participação e aprendizagem para todos.

Entretanto, a inclusão escolar ainda enfrenta desafios estruturais e pedagógicos, sendo a formação docente um dos principais entraves para sua efetivação, conforme destaca Mantoan (2015). Muitos professores relatam insegurança ao trabalhar com estudantes com deficiência, principalmente pela ausência de conhecimentos específicos sobre estratégias pedagógicas inclusivas e sobre o uso de tecnologias assistivas como ferramentas para potencializar a aprendizagem (Capellini; Rabelo, 2013). Nesse contexto, a formação continuada configura-se como um pilar essencial, pois possibilita que os educadores ampliem seu repertório de práticas inclusivas e compartilhem experiências bem-sucedidas.

A formação docente colaborativa tem se consolidado como um caminho promissor para a qualificação das práticas pedagógicas, na medida em que valoriza o intercâmbio de saberes entre professores e fomenta a construção coletiva de soluções educacionais (Mendes; Almeida, 2010). Essa abordagem dialoga diretamente com o conceito de inteligência coletiva, proposto por Lévy (1999), segundo o qual a

aprendizagem é ampliada quando os sujeitos interagem, compartilham experiências e constroem conhecimentos de forma conjunta.

Atualmente, profissionais de diversas áreas buscam novas estratégias e abordagens para estimular, motivar e capacitar pessoas no ambiente de trabalho e no aprendizado. No campo da educação, essa busca é igualmente relevante, especialmente no que diz respeito à inclusão. Neste contexto, educadores e professores especialistas em Educação Especial estão continuamente refletindo e inovando em suas práticas e estratégias de ensino, visando tornar a aprendizagem dos estudantes com deficiência significativa, respeitando as particularidades de cada um deles. Entretanto, para entender as estratégias de Ensino Colaborativo, é essencial conhecer a atuação dos professores, tanto dos especialistas em Educação Especial quanto dos docentes da sala comum.

O termo “docência” pode ser definido pela Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, que estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia na modalidade de licenciatura (Brasil, 2006), além das afirmações de Veiga (2006). Essas Diretrizes abordam as práticas educativas e o trabalho pedagógico dos professores formados em pedagogia, atuando tanto em espaços escolares quanto não escolares, com ênfase na docência. Portanto:

1º Compreende-se docência como ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, construído em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da Pedagogia, desenvolvendo-se na articulação entre conhecimentos científicos e culturais, valores éticos e estéticos inerentes a processos de aprendizagem, de socialização e de construção do conhecimento, no âmbito do diálogo entre diferentes visões de mundo (Brasil, 2006, p. 11).

As práticas docentes dos professores se concretizam por meio de planejamentos, estudos, organização e reflexões contextualizadas, com o objetivo de promover o desenvolvimento e a formação humana. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, no artigo 4º, parágrafo único:

As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando: I – planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação; II – planejamento, execução,

coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares; III – produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares (Brasil, 2006b, p. 12).

A atuação dos profissionais da educação deve ser colaborativa, promovendo um trabalho em equipe que vise a superação da exclusão e a promoção de um ensino de qualidade. Essa abordagem é essencial para atender à diversidade cultural presente no ambiente educacional e na sociedade brasileira como um todo. Nesse contexto, a colaboração se torna fundamental. A docência é composta por ações que englobam o planejamento e a avaliação, permitindo que os professores explorem novas abordagens para enfrentar as dificuldades dos estudantes, promovendo um processo de ensino-aprendizagem inclusivo. Veiga (2006) observa que, embora o termo “docência” se refira formalmente ao trabalho dos professores, na prática, esses profissionais exercem uma gama de funções que vai além da simples transmissão de conhecimento. Nesse sentido, as estratégias de Ensino Colaborativo têm ganhado destaque no Brasil nos últimos anos. Pesquisadoras como Capellini (2004), Zanata (2004), Mendes (2006) e outras têm contribuído significativamente para o desenvolvimento dessa abordagem, especialmente no âmbito da Educação Especial. Seus estudos demonstram que o Ensino Colaborativo é essencial para a inclusão de estudantes, promovendo um processo de ensino-aprendizagem significativo para todos os estudantes, com ou sem deficiência.

Conforme definido no Artigo 58 da LDB/1996 e na Lei nº 12.796, de 2013, os estudantes PAEE são aqueles com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (Brasil, 2013). A Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva, considera a pessoa com deficiência como alguém que enfrenta impedimentos de longo prazo, que podem limitar sua participação na escola e na sociedade (Brasil, 2008).

O Ensino Colaborativo, focado na inclusão e na aprendizagem significativa, é uma estratégia que permite a parceria entre professores de sala comum. Essa colaboração possibilita a divisão de responsabilidades, planejamento conjunto e avaliação das práticas pedagógicas, atendendo a grupos heterogêneos de estudantes (Ferreira; Mendes; Almeida; Del Prette, 2007).

Conforme Marin e Braun (2013), o objetivo principal do Ensino Colaborativo é

“garantir a articulação de saberes entre o ensino especial e o comum, combinando as habilidades de ambos os professores”, promovendo assim um ambiente de aprendizado mais inclusivo.

Nas escolas, segundo Conderman, Bresnahan e Pedersen (2009), o ensino colaborativo pode se efetivar de diferentes formas como apresentado no quadro a seguir. Vaughn, Schumm e Arguelles (1997), mais especificamente, apresentam seis propostas de arranjos para a prática do coensino, a saber: a) um ensina, o outro observa; b) um ensina, o outro auxilia; c) ensino em estações; d) ensino paralelo; e) ensino alternativo; f) revezamento (ou equipe de ensino). Esses modelos possibilitam que os professores atuem de forma conjunta, compartilhando responsabilidades pedagógicas no ambiente escolar.

No modelo "um ensina, o outro observa", um professor conduz a instrução enquanto o outro observa sistematicamente aspectos relacionados ao comportamento e à aprendizagem dos estudantes, com o objetivo de ajustar práticas e estratégias pedagógicas. Já na configuração "um ensina, o outro auxilia", um dos profissionais lidera a aula, enquanto o colega circula pela sala, prestando apoio aos estudantes que necessitam de auxílio individualizado.

Quadro 1 - Formas de Aplicação do Ensino Colaborativo

Método	Descrição
Um ensina, o outro observa	Um professor ensina o conteúdo da aula enquanto o outro observa os estudantes à medida que eles respondem às informações e se envolvem com o trabalho. Existe um momento anterior de planejamento para definir os conteúdos que esperam atingir e ater maior atenção durante o ensino e a observação; ao final, analisam juntos esses dados após a aula.
Um ensina, o outro auxilia	Um dos professores tem como responsabilidade principal, o ensino da matéria, enquanto o outro profissional circula pela sala, proporcionando assistência a todos os estudantes sempre que for necessário.
Ensino em estações	Os professores dividem o conteúdo e a turma em grupos. Cada um ensina o conteúdo para um grupo e, subsequentemente, repete a instrução para o outro grupo. Se for apropriado, uma terceira "estação" poderia oferecer aos estudantes uma oportunidade para trabalharem independentemente.
Ensino paralelo	Os professores dividem a classe pela metade e ensinam o mesmo conteúdo. Isso possibilita a opção de compartilhar ou comparar a informação quando a aula se aproxima do fim, ampliando, assim, a oportunidade de se conseguir dar conta de mais conteúdo.
Ensino alternativo	Na maior parte dos grupos de aula, surgem ocasiões em que alguns estudantes necessitam de instrução especializada. No ensino alternativo, um professor assume a responsabilidade pelo grupo maior, enquanto o outro trabalha com um grupo menor.
Revezamento	Neste modelo, ambos os professores fornecem as mesmas informações ao mesmo tempo. É uma abordagem bastante fluida ao ensino, que requer que ambos os professores estejam em sincronia, mas que também sejam um tanto espontâneos durante a instrução.

Fonte: Elaborado e adaptado pela Autora (2025) com base em Vaughn, Schumm e Arguelles (1997), Santos (2017) e Mendes e Vilaronga (2023).

O "ensino em estações" propõe a divisão da turma em pequenos grupos, nos quais cada professor é responsável por uma estação de atividades, promovendo um

ensino mais dinâmico e personalizado. No "ensino paralelo", os professores dividem a turma e ministram o mesmo conteúdo, porém, com metodologias ou níveis de aprofundamento distintos, adequando-se às necessidades dos grupos.

O modelo de "ensino alternativo" permite que um dos professores trabalhe com um grupo reduzido de estudantes que demandam apoio mais intensivo, enquanto o outro permanece com a turma principal, garantindo continuidade ao processo de aprendizagem. Por fim, no arranjo de "revezamento" ou "equipe de ensino", ambos os professores compartilham de maneira equitativa as funções de planejamento, instrução e avaliação, alternando-se na condução das atividades pedagógicas.

Esses arranjos fortalecem a prática colaborativa, favorecendo uma atuação integrada, pautada na parceria e na promoção de um ambiente escolar inclusivo, no qual as demandas específicas dos estudantes são consideradas e atendidas.

O novo contexto de inclusão escolar exige que as escolas adotem abordagens diferentes das historicamente utilizadas. Essa mudança de paradigma não ocorrerá de forma imediata e não terá qualidade se for implementada de maneira isolada.

Um dos principais benefícios do ensino colaborativo é o suporte que a educação especial pode oferecer ao professor da sala comum. Isso inclui o planejamento conjunto, práticas pedagógicas integradas e uma avaliação colaborativa do processo educativo. No entanto, o professor especializado deve dominar estratégias que aprimorem a comunicação e minimizem possíveis problemas comportamentais. Por sua vez, o professor da sala comum deve acreditar na capacidade de aprendizagem de todos os estudantes, trabalhando em parceria com o especialista para implementar as ações previstas no Plano de Ensino Individual (PEI). Assim, todos os estudantes poderão acessar o mesmo currículo, com as adequações necessárias (UNESCO, 2023).

É importante ressaltar que o ensino colaborativo não visa resolver todas as dificuldades da escola e não deve ser visto como uma solução mágica para os problemas educacionais. Na educação brasileira, já se perdeu muito tempo em tentativas de implantar projetos que funcionaram em outros contextos (Guenther, 2006). O momento de implementar novas práticas é agora, e cada escola deve refletir sobre sua realidade específica. Isso não significa desconsiderar as boas experiências ou os avanços da ciência, mas sim reconhecer que a educação deve partir do entendimento de que cada estudante é único, e que as melhores respostas

pedagógicas consideram essa singularidade (Veiga, 2006).

Assim, o trabalho colaborativo vai além da simples parceria entre os dois professores, que, em suas práticas pedagógicas, “compartilham as decisões tomadas e são responsáveis pela qualidade do que é produzido em conjunto, conforme suas possibilidades e interesses” (Damiani, 2008). As descrições apresentadas no Quadro 6 mostram que o trabalho colaborativo requer a participação ativa de todos os membros do ambiente escolar, incluindo o suporte administrativo, a gestão, a coordenação e os demais funcionários. Portanto, é fundamental que toda a equipe escolar entenda essa estratégia de ensino e trabalhe em parceria.

Argueles, Hughes e Schumm (2000) definiram sete fatores-chave para o sucesso da colaboração, sendo eles: tempo para o planejamento comum, flexibilidade, correr riscos, definição de papéis e responsabilidades, compatibilidade, habilidades de comunicação e suporte administrativo.

Quadro 2 - Fatores essenciais para a colaboração docente

Quantidade	Fatores	Definição
1º	Tempo para o planejamento comum	Necessário para planejar e avaliar as práticas. Inclui diálogo sobre ações, alunos, ideias, responsabilidades e momentos de reflexão.
2º	Flexibilidade	Envolve respeito e igualdade, promovendo um espírito de equidade para adotar uma nova rotina de atividades.
3º	Correr riscos	Incentivo a experimentar novas metodologias e atividades.
4º	Definição de papéis e responsabilidades	Assegura que ambos os professores têm igual importância, trabalhando com equidade.
5º	Compatibilidade	Necessita discussão das filosofias, metodologias e particularidades de cada professor para construir uma proposta comum antes da ação.

6º	Habilidades de comunicação	Facilita o diálogo, incentivando saber ouvir e falar para construir uma proposta comum entre os pares.
7º	Suporte administrativo	Essencial para a implementação e superação de desafios iniciais, transformando erros em reflexões e mudanças positivas.

Fonte: Elaborado e adaptado pela Autora (2025) com base em Zerbato, Vilaronga e Mendes (2014).

O trabalho em parceria vai além de um bom relacionamento ou amizade entre professores; ele exige empatia, essencial para que essa prática tenha continuidade. Esse processo demanda tempo, planejamento cuidadoso, definição de metas, arranjos organizacionais e discussões em torno da nova estratégia de atuação. Também é fundamental contar com parcerias sólidas, apoio da gestão escolar e, acima de tudo, uma disposição genuína para adotar um modelo de ensino que valorize a igualdade, a equidade, o respeito, a ética e o compromisso com a inclusão. Como destaca Zerbato (2014), a colaboração docente é um caminho necessário para transformar a escola em um espaço inclusivo, sendo sustentada por ações intencionais, diálogo constante e corresponsabilidade entre os envolvidos. Todos assumem responsabilidades que vão desde a organização até a execução do processo pedagógico, contribuindo para a concretização de propostas que favorecem a aprendizagem de todos os estudantes. Nesse contexto, criam-se novas oportunidades para que os estudantes aprendam juntos, respeitando suas especificidades e assegurando a equidade no acesso ao conhecimento.

Nesse contexto, é imperativo que os professores busquem novas abordagens, reconhecendo que:

Pedagogias diferenciadas não voltam as costas para o objetivo primordial da escola, que é garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma cultura de base comum. Considerar as diferenças é encontrar situações de aprendizagem ótimas para cada estudante, buscando uma educação sob medida (André, 1999, p. 12).

Cabe a cada profissional da educação investigar e implementar estratégias e

metodologias que não individualizam nem particularizam a prática pedagógica, mas que promovam a inclusão, transformando a aprendizagem em um espaço de experiências significativas tanto para os estudantes com deficiência quanto para os demais. As estratégias de Ensino Colaborativo organizam e planejam a colaboração entre os professores, resultando em um trabalho coletivo, inclusivo e focado. Assim, a aprendizagem torna-se prazerosa, e a autonomia e a construção do conhecimento são desenvolvidas de forma significativa.

A colaboração entre professores é uma prática que tem ganhado cada vez mais destaque nas escolas, principalmente no contexto da educação inclusiva, onde a troca de saberes e o apoio mútuo são essenciais para garantir que todos os estudantes tenham as melhores condições de aprendizagem. No entanto, para que essa colaboração seja efetiva, os docentes precisam desenvolver uma série de competências específicas que envolvem mais do que apenas a troca de ideias. Essa prática exige um compromisso com a reflexão constante sobre a própria prática pedagógica, a capacidade de adequação e, principalmente, a construção de uma relação de confiança e respeito entre os educadores.

No contexto da educação inclusiva, a colaboração entre professores assume um papel ainda mais relevante, pois possibilita a troca de conhecimentos sobre estratégias diferenciadas para atender às necessidades dos estudantes com deficiência. Tardif (2014) reforça essa importância ao afirmar que os saberes docentes são construídos e transformados a partir das interações entre os profissionais, que compartilham experiências, desafios e soluções no exercício de sua prática. Para o autor, a colaboração no ambiente escolar permite a construção de um repertório pedagógico mais amplo e diversificado, essencial para atender à complexidade da educação inclusiva. Assim, ao trabalharem juntos, os docentes contribuem para uma escola mais democrática e acolhedora.

A colaboração no ambiente escolar é um processo complexo, que vai além da simples divisão de tarefas. Ela exige que os professores consigam expressar com clareza suas necessidades e expectativas, ao mesmo tempo em que desenvolvem a escuta empática e o respeito mútuo. A escuta ativa e a comunicação objetiva são elementos essenciais, pois facilitam o compartilhamento de ideias e a resolução conjunta de desafios cotidianos. Contudo, colaborar implica também estar aberto à reflexão sobre a própria prática e à incorporação de novas estratégias, muitas vezes

inspiradas na experiência de outros colegas. Nesse sentido, como destaca Perrenoud (2002), a colaboração não deve ser encarada como uma obrigação externa, mas como uma oportunidade valiosa de crescimento profissional e de fortalecimento de uma escola mais inclusiva, participativa e democrática.

Um dos maiores desafios para a implementação efetiva da colaboração nas escolas é a gestão do tempo, que é um aspecto crucial para a implementação de práticas pedagógicas. Como observa Libâneo (2013), "um dos maiores desafios das escolas brasileiras é a otimização do tempo de ensino, que deve ser planejado de forma estratégica, garantindo que todos os momentos de interação docente-estudante sejam utilizados de maneira produtiva e significativa."

. Em um ambiente escolar que já enfrenta inúmeras demandas, os educadores frequentemente têm dificuldades em reservar um tempo adequado para planejar, discutir e refletir juntos. Isso exige uma mudança de mentalidade, tanto por parte dos educadores quanto da gestão escolar, que deve criar um ambiente favorável à colaboração, oferecendo oportunidades reais para que os docentes se encontrem e trabalhem de forma conjunta. O tempo dedicado a essas atividades deve ser visto como um investimento no aprimoramento da qualidade do ensino, pois a colaboração entre professores traz benefícios diretos para os estudantes, que se tornam o principal foco desse esforço coletivo.

Quando os professores têm acesso a programas de formação que os ajudem a entender melhor as necessidades de seus colegas e a desenvolver competências de trabalho em equipe, a colaboração é positiva. No entanto, não basta apenas a formação técnica; a escola precisa criar um espaço que favoreça a construção de um ambiente colaborativo, no qual os professores se sintam seguros para compartilhar suas experiências, suas dúvidas e suas soluções.

No Brasil, a colaboração tem se mostrado uma prática cada vez mais presente nas escolas, especialmente em projetos voltados para estudantes com deficiência. É importante os professores se reunirem regularmente para planejar atividades inclusivas, discutir as estratégias que estão funcionando e revisar aquelas que precisam ser ajustadas. Essas práticas colaborativas têm mostrado resultados positivos, pois contribuem para uma maior compreensão das necessidades dos estudantes e para a criação de um ambiente de aprendizagem mais inclusivo.

A tendência de promover a colaboração entre docentes está em sintonia com as

necessidades do ensino contemporâneo. Cada vez mais, as escolas precisam lidar com uma diversidade de estudantes, que trazem consigo diferentes formas de aprender e de interagir com o mundo. A colaboração entre professores permite que cada um traga suas habilidades e conhecimentos para resolver os desafios que surgem em sala de aula, tornando o processo de ensino mais dinâmico. Essa prática não só beneficia os docentes, mas também ensina aos estudantes a importância da cooperação, do respeito às diferenças e da construção coletiva de soluções.

Por fim, é importante reconhecer que, para os professores se tornarem bons colaboradores, é necessário um esforço contínuo, tanto individual quanto coletivo. A colaboração não é algo que acontece de forma espontânea, mas sim algo que precisa ser cultivado e praticado, e para isso é fundamental que as escolas e as políticas educacionais ofereçam o suporte necessário para que os docentes desenvolvam as competências necessárias para trabalhar em conjunto. A longo prazo, esse investimento no trabalho colaborativo resultará em uma educação mais inclusiva, mais rica e mais adequada às necessidades dos estudantes, garantindo que todos, sem exceção, tenham a oportunidade de aprender e se desenvolver plenamente.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Neste espaço, apresenta-se um levantamento de produções científicas relacionadas ao tema investigado, utilizando bases de dados voltadas à divulgação do conhecimento científico. A busca foi restrita às publicações dos últimos cinco anos, com o uso das palavras-chave Ensino Colaborativo, Educação Inclusiva e Formação Docente. As bases de dados empregadas estão detalhadas no Quadro 1:

Quadro 3 - Nomes das bases de dados utilizadas

Sigla	Significado
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES	Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
RCCAP	Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal

Fonte: Elaborado pelo Autora (2025).

Após a seleção das bases de dados apresentadas no Quadro 1, foi realizada a revisão da literatura, conforme as diretrizes propostas por Berwanger, Suzumura, Buehler e Oliveira (2007). Esse método processo tem como objetivo identificar, selecionar e analisar criticamente estudos relevantes e de qualidade sobre o tema investigado. Para garantir a abrangência e a confiabilidade dos resultados, foi fundamental explorar diferentes bases de dados e empregar critérios claros de inclusão e exclusão, como o recorte temporal dos últimos cinco anos e a pertinência temática em relação ao ensino colaborativo, à educação inclusiva e à formação docente.

Após a seleção das bases de dados apresentadas no Quadro 1, as buscas foram conduzidas seguindo as diretrizes de Berwanger, Suzumura, Buehler e Oliveira (2007), que destacam a importância de realizar revisões de literatura de forma sistemática para identificar diversos estudos relevantes e de qualidade sobre o tema escolhido. Para garantir isso, foi fundamental explorar diferentes bases de dados. Neste procedimento, Conforme indicado por Santos (2019), “é importante denotar conhecimento crítico em sua revisão bibliográfica” (p. 15), considerando que essa etapa constitui a base teórica da investigação e possibilita compreender o que vem sendo estudado sobre o tema. Além disso:

Ao empreender a revisão teórica do tema, será possível perceber se a proposta de pesquisa já foi trabalhada anteriormente e em que nível de profundidade ou qual a abordagem foi empregada. Esta será a sua oportunidade de se diferenciar das demais pesquisas já realizadas, trabalhando a partir delas, colaborando um pouco mais no avanço dos entendimentos pertinentes ao tema (Santos, 2019, p. 17).

Tal pesquisa foi realizada por meio de levantamento bibliográfico, utilizando os operadores booleanos com as seguintes palavras-chave: “*Ensino Colaborativo*” AND “*Educação Inclusiva*” AND “*Formação Docente*”. Foram considerados apenas artigos, dissertações e teses que apresentassem relação direta com práticas pedagógicas colaborativas no contexto da inclusão escolar e processos formativos de professores, caracterizando-se como investigações empíricas ou estudos com abordagem metodológica sistematizada.

Durante as buscas avançadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), empregamos as palavras-chave conforme demonstrado no

Quadro 2.

Quadro 4 - Ordem dos descritores/palavras-chave utilizadas nas buscas das bases de dados

1	Ensino Colaborativo x Educação Inclusiva x Formação Docente
2	Educação Inclusiva x Ensino Colaborativo x Formação Docente
3	Formação Docente x Educação Inclusiva x Ensino Colaborativo

Fonte: Elaborado pela Autora (2025).

Na pesquisa realizada, foram inicialmente identificados 22 trabalhos nas bases de dados. A triagem foi feita com base nos títulos e resumos, sendo adotados critérios de pertinência temática, recorte metodológico e proximidade com os objetivos da investigação. Dentre esses, apenas três estudos foram selecionados para leitura e análise aprofundada, por apresentarem abordagem direta sobre o Ensino Colaborativo no contexto da Educação Inclusiva e envolverem discussões relacionadas à formação docente e implementação prática da estratégia. Estudos que abordavam o tema de forma tangencial, superficial ou apenas conceitual foram excluídos, a fim de garantir a relevância e aplicabilidade dos dados analisados no escopo desta investigação.

A análise dos três trabalhos selecionados permite identificar convergências significativas com a questão e os objetivos definidos no estudo sobre práticas colaborativas para a educação inclusiva e a formação continuada mediada por tecnologias. As investigações de Lemos (2022), Machado (2019) e Pereira (2021) compartilham o entendimento de que a colaboração entre docentes é elemento central para a consolidação de práticas pedagógicas voltadas à inclusão, alinhando-se ao foco do estudo que busca compreender e potencializar essa colaboração no contexto escolar.

O trabalho de Lemos (2022) destaca a construção de um curso on-line baseado no Ensino Colaborativo, utilizando o Moodle para promover interação e aprendizagem conjunta, o que dialoga diretamente com a proposta de criação de um ambiente digital no estudo analisado, voltado à troca de experiências e à sistematização de práticas inclusivas. A dissertação de Machado (2019), ao relatar a implementação de práticas inclusivas por meio de pesquisa-ação, reforça a ideia de que o trabalho conjunto entre professores, aliado a momentos formativos estruturados, amplia o alcance da inclusão

e qualifica o planejamento pedagógico, aspecto igualmente contemplado na investigação que se propõe a estimular o uso de recursos tecnológicos para enriquecer tais práticas.

Já o estudo de Pereira (2021), ao examinar a presença do Trabalho Colaborativo em produções acadêmicas e relacioná-lo ao Atendimento Educacional Especializado e à formação docente, reforça a compreensão de que a colaboração constitui um recurso estratégico para garantir o acesso e a permanência dos estudantes, perspectiva que se conecta ao objetivo de promover a efetividade das práticas inclusivas por meio da interação estruturada entre profissionais da educação.

Assim, todos os trabalhos convergem no reconhecimento da colaboração docente como elemento estruturante para a promoção da educação inclusiva, seja por meio de cursos on-line, ações formativas presenciais ou análises conceituais. Essa convergência confirma que a articulação entre formação continuada e práticas colaborativas, especialmente quando apoiada por tecnologias, representa um caminho consistente para ampliar a qualidade e a abrangência das ações inclusivas no ambiente escolar.

Quadro 5 - Resultado pesquisas BDTD

Autor(es)	Título da Pesquisa	Ano	Descrição
-----------	--------------------	-----	-----------

Lemos, Paulo Henrique Guimarães de	Formação docente para o ensino colaborativo: trabalho com práticas pedagógicas inclusivas	2022	Com abordagem qualitativa e método exploratório em quatro etapas, o estudo propõe uma formação baseada no Ensino Colaborativo como alternativa para promover práticas inclusivas. Como produto, desenvolveu-se um curso on-line, estruturado em três módulos e ancorado na abordagem do Estar Junto Virtual (EJV), utilizando o Moodle como suporte para interação e aprendizagem colaborativa.
Machado, Michela Lemos Silveira	O trabalho docente colaborativo na perspectiva da educação inclusiva	2019	A dissertação apresenta os resultados de uma pesquisa-ação, com o objetivo de discutir e implementar práticas inclusivas por meio do trabalho docente colaborativo, com foco na acessibilidade pedagógica. A investigação ocorreu envolvendo dez professoras, utilizando instrumentos como questionário, diário de pesquisa, rodas de formação e oficinas pedagógicas. Fundamentada em uma abordagem de direitos humanos, a pesquisa destaca a colaboração entre professores como estratégia essencial para promover a inclusão escolar e enriquecer o planejamento pedagógico.
Pereira, Renata Maria da Rosa	O trabalho colaborativo no contexto da escola inclusiva	2021	Este estudo investigou como o Trabalho Colaborativo é abordado em produções acadêmicas sobre a escola inclusiva, entre 2008 e 2018, no repositório virtual Cartografias. Fundamentado no Pensamento Sistêmico e em documentos legais da Educação Inclusiva, o estudo identificou que o Trabalho Colaborativo aparece associado ao Atendimento Educacional Especializado e à formação docente, sendo uma estratégia essencial para garantir o acesso, permanência e aprendizagem de todos os alunos com qualidade.

Fonte: Elaborado pela Autora (2025).

O quadro 3, com resultados BDTD, apresenta as três pesquisas relevantes que abordam o trabalho colaborativo na educação inclusiva, destacando sua contribuição tanto para a formação docente quanto para a efetivação de práticas pedagógicas que atendam à diversidade dos estudantes. As investigações apontam caminhos que

envolvem desde a implementação de formações online, como em Lemos (2022), até práticas pedagógicas colaborativas no cotidiano escolar, como observado em Machado (2019) e Pereira (2021).

Ao considerar esse panorama, é possível relacioná-lo aos estudos de Michaels e O'Connor (2020), que defendem a importância das interações colaborativas como práticas discursivas que constroem conhecimento em ambientes inclusivos. Para os autores, o ensino colaborativo potencializa a aprendizagem ao promover espaços de escuta ativa, com autoria e compartilhamento de saberes entre os educadores, elementos fundamentais para responder à complexidade da inclusão escolar.

No Portal de Periódicos CAPES, ao utilizar os mesmos descritores e palavras-chave empregados na base de dados BDTD, foram encontrados 103 trabalhos acadêmicos, dos quais apenas quatro abordavam a temática em questão. Já na base de dados RCCAP, foram localizados 15 trabalhos, dos quais dois foram selecionados para leitura, de acordo com os critérios previamente definidos.

Quadro 6 - Resultado pesquisas CAPES

Autor(es)	Título da Pesquisa	Ano	Descrição
Gonçalves, Adriana Inocência	Ensino colaborativo e formação continuada em serviço: contribuições para práticas inclusivas	2022	Com abordagem qualitativa e pesquisa colaborativa, envolveu 17 professoras da rede municipal de Araucária-PR. Os dados foram obtidos por questionários e entrevistas, e organizados por Análise Temática. O estudo resultou na produção de um e-book autoformativo e destacou a importância da formação continuada para fortalecer práticas inclusivas, promover a ruptura com concepções biomédicas e consolidar uma cultura inclusiva nas escolas.

Denker, Greice Maiara	Formação continuada de professores: implicações de um processo formativo-colaborativo à educação inclusiva nos anos iniciais do ensino fundamental	2021	Com abordagem qualitativa e colaborativa, envolveu docentes, profissionais do NASF e gestores. A partir de entrevistas e de uma comunidade de aprendizagem focada na análise de casos reais, evidenciaram-se categorias como práticas inclusivas, formação docente e reflexão em rede. Os resultados apontam para a importância de formações continuadas centradas na escola, organizadas de forma coletiva e colaborativa, com impacto positivo na prática pedagógica inclusiva.
Dantas, Sandra Regina Gomes Perestrelo	Formação continuada de Professores pela perspectiva colaborativa: uma proposta para práticas inclusivas	2019	O estudo teve como objetivo discutir e elaborar uma proposta de formação continuada voltada à inclusão na educação básica. Frente à insegurança dos docentes para atuar de forma inclusiva, foi desenvolvida uma formação colaborativa, articulando teoria e prática, com foco na construção coletiva do conhecimento. A proposta possibilitou reflexões significativas e contribuiu para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais inclusivas no cotidiano escolar.
Machado, Michela Lemos Silveira	O trabalho docente colaborativo na perspectiva da educação inclusiva	2019	Esta dissertação apresenta os resultados de uma pesquisa-ação voltada à implementação do ensino-aprendizagem inclusivo por meio do trabalho docente colaborativo, com foco na acessibilidade pedagógica. O estudo defende a colaboração entre professores especializados e do ensino regular como prática essencial para consolidar uma educação inclusiva pautada nos direitos humanos.

Fonte: Elaborado pela Autora (2025).

O quadro apresentado reúne importantes estudos que abordam a formação continuada de professores na perspectiva do ensino colaborativo, com foco nas práticas pedagógicas inclusivas. As pesquisas destacam a relevância de processos formativo-colaborativos, especialmente quando centrados na escola e articulados à prática docente, como estratégia para superar barreiras à inclusão e consolidar uma cultura educacional mais equitativa.

Observa-se nos trabalhos de Gonçalves (2022) e Denker (2021) a ênfase na produção de saberes a partir de comunidades de aprendizagem e na valorização do

protagonismo docente na construção de práticas inclusivas. Essas iniciativas fortalecem a reflexão crítica sobre as práticas escolares e proporcionam rupturas com modelos biomédicos, promovendo uma abordagem mais social e relacional da deficiência.

Para aprofundar essa análise, é pertinente dialogar com o teórico Nóvoa (2021), que defende uma formação docente em rede, baseada na colaboração e na construção coletiva do conhecimento. Nóvoa destaca que "os professores aprendem uns com os outros, aprendem fazendo, aprendem refletindo juntos sobre sua prática", o que se alinha diretamente às experiências descritas no quadro. A formação continuada, segundo ele, deve estar ancorada na prática e nos contextos reais das escolas, promovendo uma profissionalização crítica e emancipadora.

Assim, os estudos do quadro ilustram a aplicação dessas ideias e reforçam o argumento de que o ensino colaborativo e a formação continuada são pilares essenciais para a efetivação da educação inclusiva, como também para a transformação das culturas escolares.

Quadro 7 - Resultado pesquisas RCCAP

Autor(es)	Título da Pesquisa	Ano	Descrição
Alpoim, Cláudia Sofia Marques	O trabalho colaborativo docente e a melhoria de práticas pedagógicas: um estudo focado num agrupamento de escolas	2024	A pesquisa qualitativa, baseada em questionários e entrevistas, revelou que, embora haja práticas colaborativas formais e informais, estas ainda ocorrem de forma limitada dentro da sala de aula. A colaboração tem potencial para enriquecer o desenvolvimento profissional docente e promover práticas pedagógicas mais holísticas. A partir dos resultados, foi realizada uma formação continuada, que evidenciou o interesse dos docentes pelo fortalecimento do trabalho colaborativo como estratégia para inovação e melhoria da qualidade do ensino.

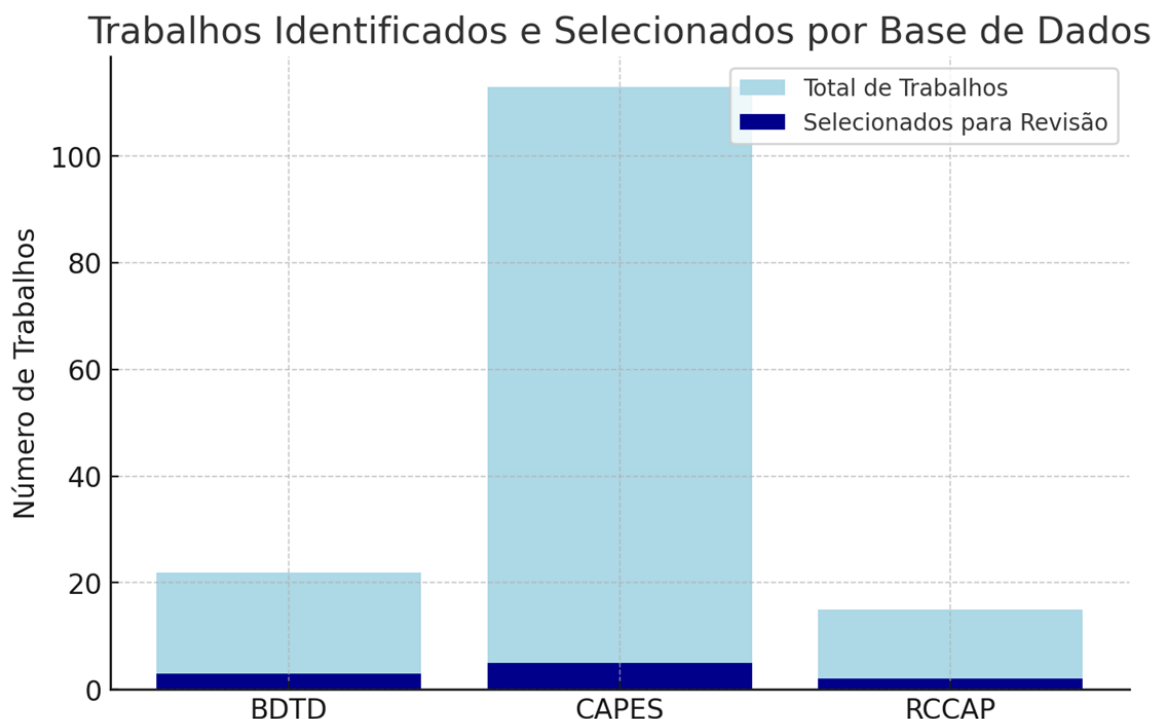
Azevedo, Tereza Hortência da Silva	Entre o específico e o indissociável: formação docente e ensino colaborativo para a inclusão escolar	2020	Esta pesquisa analisou as contribuições do ensino colaborativo para a prática pedagógica de professores da classe comum e da sala de recurso multifuncional em uma escola municipal de Aracaju/SE. Com base na teoria da complexidade e utilizando a pesquisa-intervenção e o método cartográfico, o estudo revelou que o ensino colaborativo favorece a ressignificação das práxis docentes e a construção de aprendizagens significativas para alunos com deficiência. Os resultados destacam a importância da formação continuada articulada à prática, promovendo a reflexão coletiva entre professores como estratégia para o fortalecimento da inclusão escolar.
------------------------------------	--	------	--

Fonte: Elaborado pela Autora (2025).

Os dados apresentados no quadro demonstram a centralidade do trabalho colaborativo na promoção de práticas pedagógicas inclusivas e no fortalecimento do desenvolvimento profissional docente. As investigações de Alpoim (2024) e Azevedo (2020) convergem ao destacar que, embora haja iniciativas de colaboração entre professores, estas ainda são limitadas, especialmente no contexto da sala de aula, espaço tradicionalmente marcado pela atuação individualizada do docente. Ambas as pesquisas revelam que a formação continuada, quando atrelada a experiências práticas e colaborativas, potencializa a transformação da práxis pedagógica e a ressignificação de saberes voltados à inclusão.

A pesquisa realizada constatou que, embora haja uma quantidade significativa de estudos acadêmicos sobre Ensino Colaborativo, Educação Inclusiva e Formação Docente, poucos abordam de maneira integrada a relação entre esses três temas. Isso evidencia uma lacuna na literatura científica, especialmente no que se refere à preparação dos professores para atuar em contextos inclusivos por meio do ensino colaborativo.

Gráfico 1 - Trabalhos identificados e selecionados por Base de Dados



Fonte: Elaborado pela Autora (2025).

No contexto nacional, Mantoan (2003) enfatiza que a inclusão só será efetiva se os professores estiverem devidamente preparados para atuar de forma colaborativa, compartilhando práticas pedagógicas e planejamentos entre professores da educação regular e da educação especial. Segundo a autora, “a inclusão escolar exige uma mudança estrutural na formação docente, baseada na cooperação entre profissionais da educação para atender à diversidade dos estudantes” (Mantoan, 2003).

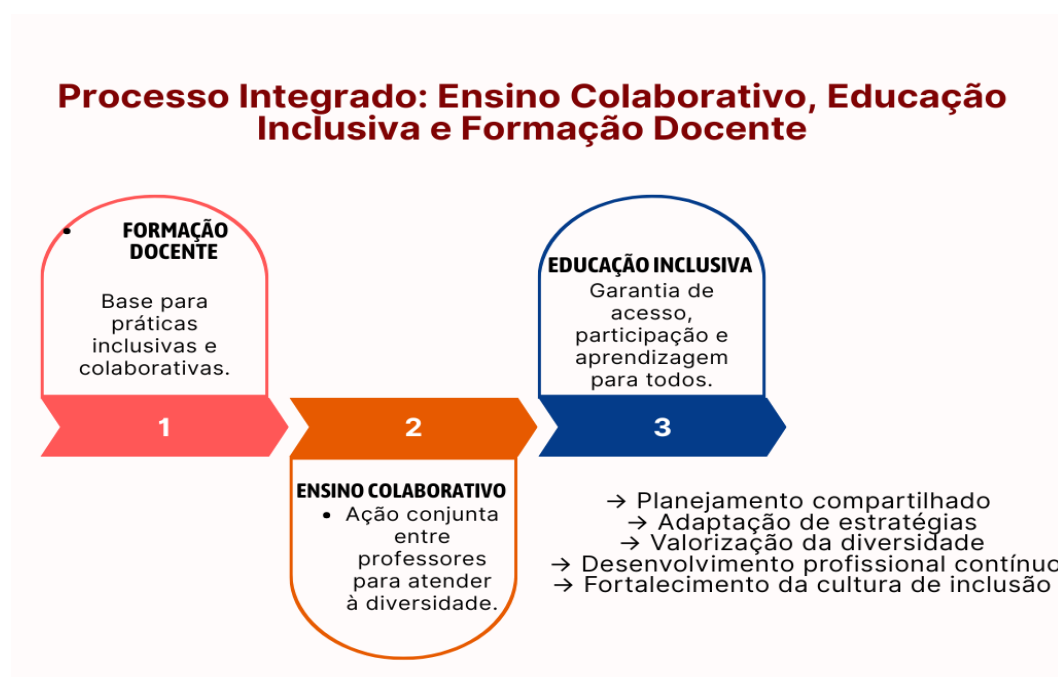
Os resultados desta pesquisa reforçam a necessidade de mais investigações sobre como a formação dos professores pode ser aprimorada para integrar o ensino colaborativo como ferramenta essencial para a educação inclusiva. Isso demonstra a urgência de políticas educacionais que incentivem a capacitação contínua dos professores, promovendo práticas pedagógicas colaborativas e efetivas para atender à diversidade dos estudantes.

A relação entre Educação Inclusiva, Ensino Colaborativo e Formação Docente tem sido amplamente discutida no campo da educação, destacando-se como um fator essencial para a promoção de uma escola democrática e acessível. A inclusão escolar

pressupõe a efetiva participação e aprendizagem de todos, garantindo-lhes equidade e oportunidades de desenvolvimento. Para que isso ocorra, o ensino colaborativo surge como uma estratégia fundamental, pois possibilita a troca de experiências entre profissionais da educação, favorecendo práticas pedagógicas adaptadas à diversidade dos estudantes (Glat; Pletsch, 2020).

No entanto, para que essa abordagem seja implementada com êxito, a formação dos professores precisa ser estruturada de modo a capacitar os professores para atuarem em contextos inclusivos e colaborativos. Conforme apontam Silva e Campos (2022), a formação inicial e continuada deve enfatizar metodologias ativas, planejamento conjunto e estratégias que promovam a corresponsabilidade no ensino.

Figura 1 - Processo Integrado



Fonte: Elaborado pela Autora (2025) baseado em Santos (2017), Leme e Ricardo (2022) e Pontes et al. (2022).

A articulação entre ensino colaborativo, educação inclusiva e formação docente representa um caminho essencial para a construção de práticas pedagógicas mais equitativas. A formação docente, tanto inicial quanto continuada, deve fornecer subsídios para que os professores compreendam e respondam à diversidade presente nas salas de aula. Nesse contexto, o ensino colaborativo se destaca como uma

estratégia potente, permitindo que educadores trabalhem em parceria, compartilhem saberes e planejem ações pedagógicas de forma conjunta. Essa prática contribui significativamente para a efetivação da educação inclusiva, ao promover o acesso, a participação e a aprendizagem de todos os estudantes. De acordo com Stainback e Stainback (1999), a colaboração entre profissionais da educação é fundamental para transformar a escola em um ambiente que valoriza a diversidade e acolhe as singularidades de cada estudante, tornando o processo de ensino-aprendizagem mais significativo e democrático.

Dessa forma, o quadro 6, a seguir, sistematiza os principais aspectos dos três eixos, Educação Inclusiva, Ensino Colaborativo e Formação Docente, destacando suas definições, objetivos, princípios, benefícios, desafios e estratégias. Essa organização permite visualizar a interdependência entre esses conceitos e reforça a necessidade de políticas educacionais que incentivem práticas pedagógicas inclusivas e colaborativas.

Quadro 8 - Resumo Interpretativo da Relação Educação Inclusiva, Ensino Colaborativo e Formação Docente

Aspecto	Educação Inclusiva	Ensino Colaborativo	Formação Docente
Definição	Garantia de acesso, permanência e aprendizagem de todos os alunos, respeitando suas diferenças.	Estratégia pedagógica baseada na cooperação entre professores para otimizar o ensino.	Processo contínuo de capacitação para preparar os professores para desafios educacionais diversos.
Objetivo	Criar um ambiente escolar acessível e democrático.	Promover o ensino compartilhado e a troca de saberes entre docentes.	Capacitar professores para atuar de forma colaborativa e inclusiva.
Princípios	Equidade, acessibilidade e respeito às diferenças.	Cooperação, planejamento conjunto e corresponsabilidade.	Reflexão crítica, aprendizagem contínua e inovação pedagógica.

Benefícios	Melhoria no desempenho dos alunos, redução da evasão escolar, maior participação de estudantes com deficiência.	Aprimoramento das práticas docentes, maior engajamento dos alunos, ensino mais dinâmico e adaptável.	Formação de professores mais preparados para lidar com a diversidade em sala de aula.
Desafios	Falta de infraestrutura adequada, resistência à mudança, necessidade de adaptação curricular.	Dificuldade de implementação em larga escala, resistência de alguns profissionais, necessidade de tempo para planejamento conjunto.	Formação inicial deficiente, pouca ênfase em práticas colaborativas nos currículos acadêmicos.
Estratégias	Políticas públicas inclusivas, uso de tecnologia assistiva, adaptação de materiais didáticos.	Coensino, troca de experiências entre docentes, desenvolvimento de metodologias compartilhadas.	Cursos de capacitação, programas de formação continuada, incentivo à pesquisa e inovação.

Fonte: Elaborado pela Autora (2025) com base em Mantoan (2003), Damiani (2008) e Nóvoa (2021).

O quadro apresentado tem como objetivo organizar e sintetizar os principais aspectos relacionados à Educação Inclusiva, Ensino Colaborativo e Formação Docente, demonstrando a interdependência entre esses três conceitos fundamentais para a construção de um ambiente escolar acessível e equitativo.

O quadro apresentado sintetiza três dimensões fundamentais para a promoção de uma escola inclusiva e colaborativa: educação inclusiva, ensino colaborativo e formação docente. A articulação entre esses aspectos se justifica pela necessidade de uma prática pedagógica integrada e corresponsável, como destaca Damiani (2008), ao defender que o ensino colaborativo exige planejamento conjunto e compartilhamento de decisões entre os profissionais. A formação contínua dos docentes é imprescindível, conforme aponta Nóvoa (2021), que entende a formação como um processo permanente, essencial para enfrentar os desafios da diversidade educacional. Por fim,

o compromisso com a educação inclusiva, defendido por Mantoan (2003), reforça a importância de garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os estudantes, respeitando as diferenças e assegurando a equidade no ambiente escolar.

Na primeira linha, as definições de cada conceito são esclarecidas: a Educação Inclusiva é entendida como a garantia do acesso, permanência e aprendizado de todos os estudantes, respeitando suas diferenças; o Ensino Colaborativo refere-se à cooperação entre professores como estratégia para otimizar o ensino; e a Formação Docente é vista como um processo contínuo de capacitação para preparar os professores para desafios educacionais diversos.

Os objetivos de cada eixo também são destacados: a Educação Inclusiva visa criar um ambiente escolar acessível e democrático, enquanto o Ensino Colaborativo busca fortalecer a troca de saberes entre professores, e a Formação Docente, que conforme Perrenoud (2002) tem como foco preparar professores para atuar de forma inclusiva e colaborativa, aborda competências para ensinar em contextos diversos e complexos.

Em relação aos princípios, a Educação Inclusiva se baseia na equidade, acessibilidade e respeito às diferenças; o Ensino Colaborativo prioriza cooperação, planejamento conjunto e corresponsabilidade; e a Formação Docente enfatiza a reflexão crítica, aprendizagem contínua e inovação pedagógica.

Entre os benefícios associados às principais abordagens voltadas à promoção da inclusão escolar, destaca-se que a educação inclusiva contribui significativamente para a melhoria do desempenho acadêmico dos estudantes e para a redução da evasão escolar, ao proporcionar ambientes mais acolhedores e sistemas de apoio diversificados (Mantoan, 2021). O ensino colaborativo, por sua vez, potencializa as práticas pedagógicas ao estimular a partilha de saberes entre os profissionais da educação, tornando o processo de ensino-aprendizagem mais dinâmico, participativo e alinhado às necessidades dos estudantes (Lima; Pletsch, 2020). Já a formação docente adequada é fundamental para que os professores estejam preparados para lidar com a diversidade em sala de aula, desenvolvendo práticas inclusivas e sensíveis às singularidades dos alunos. No entanto, cada uma dessas abordagens enfrenta desafios: a educação inclusiva ainda encontra obstáculos como a falta de infraestrutura, recursos pedagógicos adequados e resistência à mudança nas instituições; o ensino colaborativo esbarra na dificuldade de planejamento conjunto, na sobrecarga de

trabalho e na ausência de uma cultura colaborativa consolidada; e a formação de professores sofre com lacunas na formação inicial, além da pouca ênfase em estratégias inclusivas e práticas integradas durante a formação continuada, comprometendo a efetividade das políticas de inclusão educacional (Kassar, 2014).

Por fim, o quadro 6 apresenta possíveis estratégias para superar esses desafios. No contexto da Educação Inclusiva, destacam-se políticas públicas inclusivas e o uso de tecnologia.

Essa organização permite compreender como esses três pilares se complementam, reforçando a necessidade de políticas educacionais que incentivem práticas pedagógicas inclusivas e colaborativas, conforme defendem Glat e Pletsch (2020) e Mantoan (2021).

4 METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

Esta investigação adota uma abordagem qualitativa e caracteriza-se como uma pesquisa documental, conforme os referenciais de Gil (2007), que define esse tipo de estudo como “aquela realizada com base em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (Gil, 2007, p. 44). O estudo tem por objetivo compreender os impactos da formação mediada por tecnologias digitais nas práticas pedagógicas inclusivas desenvolvidas em uma escola da rede municipal de Praia Grande (SP).

A escolha pela abordagem qualitativa e pela pesquisa documental justifica-se pela possibilidade de analisar registros produzidos no contexto real da prática pedagógica, considerando sua complexidade e subjetividade (Minayo, 2001). Dessa forma, buscou-se compreender como os docentes se apropriaram das ferramentas digitais no processo de formação continuada, especialmente em relação à inclusão de estudantes com deficiência.

A escolha pela pesquisa documental justifica-se pela possibilidade de analisar registros e documentos produzidos no contexto escolar, com vistas à transformação das práticas pedagógicas e à promoção de uma formação continuada colaborativa, alinhada à realidade dos professores da rede municipal de Praia Grande (SP), com foco

na inclusão de estudantes com deficiência.

A investigação teve início com uma pesquisa bibliográfica, com o objetivo de mapear as produções acadêmicas mais recentes à inclusão escolar e às práticas pedagógicas mediadas por tecnologias. Conforme destaca Gil (2007), esse tipo de pesquisa permite um exame aprofundado das contribuições teóricas já existentes sobre determinado fenômeno, sendo essencial para fundamentar teoricamente a investigação e orientar, de forma consistente, a análise documental que se seguiu.

Com base nesses referenciais, foram planejadas as análises documentais, que envolveram o acesso e a leitura crítica de quinzenários e Projeto Político Pedagógico (PPP), com ênfase no período de 2024 a 2025. Esses documentos foram fundamentais para diagnosticar as práticas efetivamente implementadas e compreender como os recursos tecnológicos vêm sendo incorporados ao cotidiano escolar, especialmente no que se refere à formação continuada e à promoção de uma educação inclusiva.

A análise do conjunto documental seguiu os procedimentos metodológicos da Análise de Conteúdo, conforme Bardin (2016), organizados em três etapas. A pré-análise consistiu na leitura integral dos materiais para familiarização com o conteúdo e identificação inicial de elementos recorrentes. Na etapa de exploração, os registros foram codificados e agrupados a partir de aproximações temáticas. Por fim, no tratamento dos resultados, procedeu-se à interpretação das informações e à relação com a literatura da área. As categorias resultaram de forma emergente, construídas a partir da recorrência e relevância dos temas identificados nos documentos, e não foram definidas previamente.

Esse processo originou cinco categorias principais: práticas pedagógicas inclusivas, formação continuada docente, uso de tecnologias digitais, planejamento colaborativo e cultura digital na escola. A definição dessas categorias decorreu do exame detalhado dos registros, considerando a presença de ações e descrições que correspondiam a cada temática, o que possibilitou organizar e interpretar os dados de forma articulada ao referencial teórico.

Essas categorias permitiram a organização dos dados e a interpretação de sentidos presentes nos registros, possibilitando compreender como os docentes se envolveram no processo formativo, em especial no que se refere à adoção de práticas mais inclusivas e colaborativas.

Foram utilizadas fontes primárias e fontes secundárias. As fontes primárias compreenderam:

- Projetos Político-Pedagógicos (PPPs);
- Relatórios quinzenais (quinzenários) produzidos entre julho de 2024 e fevereiro de 2025;
- Registros postados no Drive escolar, como quinzenários e imagens.

Já as fontes secundárias consistiram em obras teóricas, artigos científicos e publicações acadêmicas voltadas à formação docente, tecnologias digitais e educação inclusiva, que subsidiaram a análise dos dados documentais.

A seleção dos documentos considerou o período compreendido entre o segundo semestre de 2024 e fevereiro de 2025, abrangendo exclusivamente materiais diretamente vinculados ao contexto escolar analisado. Foram incluídos quatro relatórios quinzenais, exemplares do Projeto Político-Pedagógico e registros organizados em pastas digitais, compostos por atividades, imagens e descrições das práticas pedagógicas. A inclusão esteve condicionada à presença de registros claros de utilização de tecnologias digitais e de ações voltadas à inclusão de estudantes com deficiência, bem como de interações de natureza colaborativa entre docentes. Excluíram-se documentos incompletos, duplicados ou sem relação com a temática delimitada. Esse conjunto documental, obtido mediante autorização institucional, foi tratado preservando-se a confidencialidade e o anonimato dos envolvidos.

Entre as fontes documentais analisadas, incluem-se também os registros compartilhados no ambiente digital colaborativo desenvolvido na plataforma *Padlet*. Esse espaço concentrou postagens contendo descrições de práticas pedagógicas, recursos utilizados, adaptações curriculares e reflexões produzidas pelos docentes, além de materiais formativos como tutoriais e indicações de leitura. Tais registros foram considerados para a análise por apresentarem descrições diretas das ações pedagógicas e das interações entre professores, compondo um conjunto de dados complementares aos documentos institucionais e permitindo a identificação de práticas vinculadas à inclusão e ao uso de tecnologias digitais.

A análise foi orientada por critérios como: a presença de elementos de inclusão, a intencionalidade pedagógica nas atividades relatadas, a articulação entre teoria e

prática, e a participação efetiva dos professores no processo formativo. Houve cruzamento entre os dados do *Padlet* e os documentos institucionais, buscando convergências e contradições que permitissem um olhar mais aprofundado sobre os impactos formativos da proposta.

Conforme destaca Ávila de Lima (2013), a utilização da Análise de Conteúdo em investigações educacionais deve prezar pela rigorosidade e sistematicidade, assegurando que as inferências realizadas sejam válidas e fiáveis. Nesse sentido, a categorização e a interpretação dos dados foram realizadas com atenção à coerência teórica e à contextualização das práticas analisadas.

Quadro 9 - Documentação Escola Municipal

Nome do Documento	Tipo	Observações
A	Pasta	Organização documental
Atividades	Pasta	Exercícios e tarefas
B	Pasta	Organização documental
C	Pasta	Organização documental
Quinzenário 01	PDF	Relatório quinzenal
Quinzenário 02	PDF	Relatório quinzenal
Quinzenário 03	Word (.docx)	Relatório quinzenal
Quinzenário 04	Word (.docx)	Relatório quinzenal

Fonte: Elaborado pela Autora (2025).

Os quinzenários e imagens da Unidade Escolar, acessados durante o período de investigação, permitiram uma análise aprofundada da colaboração entre os professores e do uso das tecnologias para o processo de formação continuada. A diversidade dos materiais favorece uma visão ampla das práticas pedagógicas e das dinâmicas escolares, reforçando o compromisso com a inclusão e a inovação educativa.

Foram analisados quinzenários, atividades e pastas organizacionais, compondo

um conjunto documental voltado à análise qualitativa (quadro 9). A seleção priorizou materiais que evidenciam práticas avaliativas, estratégias de ensino-aprendizagem e registros do desenvolvimento formativo do grupo investigado. Todos os documentos foram produzidos entre o segundo semestre de 2024 e fevereiro de 2025, respeitando os princípios éticos da investigação, com garantia de anonimato e confidencialidade dos dados dos participantes.

O Quadro abaixo sintetiza a análise dos quinzenários, evidenciando a articulação entre categorias pedagógicas, trechos significativos e respectivas interpretações, tudo no contexto de uma formação colaborativa e situada. A proposta de planejamento compartilhado e reflexivo, como destaca Nóvoa (2021), valoriza a dimensão coletiva do fazer docente, estimulando práticas baseadas na troca de saberes, na cooperação entre professores e na construção conjunta de estratégias pedagógicas.

Quadro 10 - Categorias, trechos e interpretações dos quinzenários no contexto da formação colaborativa e digital

Documento	Categoria(s)	Trecho selecionado	Interpretação
Quinzenário 01	Alfabetização, Tecnologias Educacionais, Criatividade, Prática Colaborativa	Intervenção com fonemas na lousa; uso de material dourado com vídeos do YouTube.	Planejamento voltado à consciência fonológica e uso de recursos digitais.
Quinzenário 02	Interdisciplinaridade, Recursos Digitais, Cultura Digital, Datas Comemorativas	Jogos online de alfabetização e matemática; uso de vídeos e Instagram.	Planejamento com forte presença de cultura digital e interdisciplinaridade.
Quinzenário 03	Matemática aplicada, Alfabetização, Interpretação de dados	Leitura de gráficos e tabelas, jogos de alfabetização.	Atividades visuais e lúdicas que desenvolvem raciocínio lógico.
Quinzenário 04	Alfabetização inicial, Consciência fonológica, Corpo humano, Cultura popular	Família do L, cruzadinhas, separação silábica.	Abordagem contextualizada com conteúdos linguísticos e culturais.

Fonte: Elaborado pela Autora (2025)

Nesse mesmo sentido, Damiani (2008) reforça que a colaboração é fundamental para o fortalecimento de práticas inclusivas, concebidas como processos dinâmicos e contínuos que envolvem toda a equipe escolar, ampliando a responsabilidade pela aprendizagem de todos os estudantes. Complementando essa perspectiva, Mantoan (2003) sublinha que a educação inclusiva exige ações pedagógicas que respeitem as diferenças e reconheçam as singularidades de cada estudante - aspecto que se materializa nas interpretações do quadro, sobretudo ao destacar a valorização da cultura digital, da interdisciplinaridade e da adequação de recursos didáticos.

A análise do quadro evidencia como a prática colaborativa e a formação docente se entrelaçam de forma indissociável na construção de uma escola mais inclusiva, participativa e inovadora. Ao integrar tecnologia, ludicidade e contexto social, os professores fortalecem a formação continuada em rede, promovendo uma educação mais equitativa, democrática e de qualidade.

Especificamente, os dados mostram um planejamento pedagógico dinâmico, alinhado às tendências contemporâneas de ensino, com a valorização da cultura digital e da interdisciplinaridade como elementos centrais (Kenski, 2012). O Quinzenário 01 destaca-se pelo foco na consciência fonológica, promovido por meio de atividades que combinam recursos digitais, como vídeos do YouTube, e materiais concretos, como o material dourado, estimulando tanto a criatividade quanto a prática colaborativa.

No Quinzenário 02, reforça-se a centralidade da cultura digital, com o uso de jogos online e redes sociais, como o Instagram, articulando conteúdos de alfabetização e matemática, de maneira integrada e contextualizada. O Quinzenário 03 evidencia o uso de atividades visuais e lúdicas, potencializando o raciocínio lógico e a interpretação de dados. Já o Quinzenário 04 propõe uma abordagem contextualizada, que articula aspectos linguísticos e culturais, valorizando elementos da cultura popular e do conhecimento sobre o corpo humano.

Assim, o planejamento revela um ensino intencional, significativo e alinhado às necessidades dos estudantes, ao integrar de forma criativa a tecnologia, a ludicidade e o contexto social. Como defende Freire (1996), a prática pedagógica deve ser mediadora entre o saber escolar e as vivências dos estudantes, ampliando as possibilidades de aprendizagem e contribuindo para a formação de sujeitos críticos,

autônomos e socialmente engajados.

4.1 Natureza da pesquisa

Esta investigação seguiu uma abordagem qualitativa, caracterizando-se como uma pesquisa documental, fundamentada na análise de documentos institucionais, pedagógicos e registros digitais. Trata-se de um estudo centrado na leitura crítica de materiais previamente produzidos no contexto educacional, em conformidade com as diretrizes metodológicas propostas por Gil (2007).

As fontes primárias compreendem documentos institucionais da rede municipal, como Projetos Político-Pedagógicos, registros pedagógicos quinzenais e materiais produzidos por docentes em ambiente digital coletivo. Esses registros, originados das práticas cotidianas e dos processos internos da escola, constituem o núcleo empírico do estudo. As fontes secundárias correspondem a obras, artigos científicos e demais publicações da área que fundamentam a interpretação dos dados e permitem estabelecer relações entre as práticas observadas e a produção acadêmica existente sobre educação inclusiva, ensino colaborativo e uso de tecnologias digitais no contexto escolar.

A escolha dos documentos atendeu a critérios definidos previamente, considerando a relação direta com o objeto de investigação e o alinhamento ao recorte temporal estabelecido. Foram incluídos registros produzidos no período de realização das práticas colaborativas e que apresentassem descrição suficiente das atividades, dos recursos utilizados e das interações entre docentes. Excluíram-se materiais incompletos, duplicados ou sem vínculo direto com a temática. Essa filtragem permitiu compor um conjunto documental consistente para a análise proposta.

Foram selecionados documentos que se relacionam diretamente com a temática da formação continuada de professores e práticas colaborativas, tais como os Planos Político-Pedagógicos (PPP), os planejamentos pedagógicos e os quinzenários de atividades, além de relatórios educacionais, artigos acadêmicos e produções compartilhadas em ambientes virtuais. A escolha desses materiais se justifica pela sua relevância para compreender como a formação continuada e as práticas colaborativas vêm sendo estruturadas e aplicadas na rede municipal, especialmente no que se refere

à utilização de recursos tecnológicos para a promoção da educação inclusiva.

A análise dos documentos foi conduzida de forma crítica, com foco na identificação de informações importantes, padrões, tendências e possíveis contradições. Conforme apontam Dalla Valle e Ferreira (2025), essa técnica possibilita uma interpretação aprofundada e rigorosa dos dados, promovendo a triangulação entre diferentes fontes e ampliando a compreensão do fenômeno investigado.

Esse processo analítico permitiu um olhar mais refinado sobre as práticas pedagógicas e colaborativas no contexto da formação continuada, alinhado à abordagem qualitativa da pesquisa documental. Os resultados foram articulados à experiência empírica da pesquisadora, possibilitando observar como os documentos analisados complementam e validam reflexões construídas ao longo da prática profissional.

Dessa forma, a pesquisa documental contribuiu para a construção de uma narrativa mais abrangente, integrando teoria e prática por meio da análise de documentos oficiais e registros institucionais. E, neste contexto, a sociedade contemporânea tem sido marcada pela crescente popularização e democratização do acesso à internet e às tecnologias digitais. Com isso, experimentamos novas formas de viver, interagir e nos relacionar, o que gera transformações em diversos setores, inclusive no âmbito social e profissional. Essas mudanças resultam diretamente dos avanços tecnológicos que, atualmente, são acessíveis a uma parcela significativa da população. Conforme afirmam Garutti e Ferreira (2015), tais inovações impactam nossos padrões de comunicação, trabalho, interações sociais e, principalmente, a maneira como aprendemos e ensinamos.

No campo educacional, esse cenário tem gerado impactos profundos. As inovações tecnológicas não apenas influenciam a cultura escolar, mas também exigem uma reconfiguração dos paradigmas pedagógicos, estimulando o desenvolvimento de novas práticas educativas. A escola, inserida em um contexto social cada vez mais digital, necessita acompanhar as transformações sociais e tecnológicas, adaptando seu currículo e suas estratégias de ensino, e valorizando a atuação docente nesse novo modelo de aprendizagem.

A evolução dos recursos digitais também tem reconfigurado a própria natureza do conhecimento. Segundo Valente (2013), a simples memorização de informações já não é mais suficiente; é necessário saber buscar, selecionar e utilizar

criticamente os dados disponíveis. Nesse novo cenário, o papel do professor, que anteriormente estava centrado na transmissão de conteúdo, passa a ser o de mediador, facilitando processos de aprendizagem autônomos e colaborativos, nos quais o estudante assume o protagonismo de seu aprendizado.

Nesse contexto, as plataformas digitais assumem um papel central nas práticas formativas. O *Padlet* (anexo B), por exemplo, é uma plataforma digital interativa, gratuita e acessível que permite a criação de murais virtuais colaborativos, nos quais é possível organizar textos, links, imagens, vídeos e documentos, além de promover discussões em tempo real. Sua interface intuitiva e versátil facilita a organização de conteúdos, a troca de experiências e a construção coletiva de saberes entre professores, alunos e demais interessados.

O uso do *Padlet* na educação tem sido amplamente reconhecido por sua capacidade de potencializar a colaboração, o compartilhamento de práticas pedagógicas e a formação continuada docente, principalmente no contexto da educação inclusiva. Mais do que um simples repositório de conteúdos, a plataforma funciona como um espaço dinâmico de aprendizagem, onde os educadores podem publicar atividades, refletir sobre suas práticas, compartilhar desafios e soluções, além de acessar materiais formativos atualizados. A interação assíncrona e síncrona proporcionada pela ferramenta permite que os participantes contribuam de acordo com seu ritmo, favorecendo uma cultura de cooperação, inovação e apoio mútuo, aspectos essenciais para a inclusão escolar.

No âmbito dessa transformação, a dissertação intitulada *Práticas colaborativas para uma educação inclusiva: espaço digital de formação continuada para docentes* apresenta o ColabEdu, um ambiente digital colaborativo criado na plataforma *Padlet*. O objetivo principal do ColabEdu é sistematizar e difundir práticas pedagógicas inclusivas, promovendo a formação continuada dos professores da rede municipal de Praia Grande (SP). Esse espaço reúne em um único local online informações, sugestões de atividades, recursos pedagógicos, tutoriais e materiais formativos que, anteriormente, estavam dispersos, com um enfoque no fortalecimento do trabalho colaborativo e na promoção da educação inclusiva.

O ColabEdu surgiu da necessidade de oferecer aos professores um apoio contínuo no enfrentamento das diversidades presentes nas salas de aula, especialmente no que diz respeito à inclusão de alunos com deficiência. Além de

centralizar materiais relevantes, o ambiente digital incentiva a troca de experiências, a reflexão crítica e a construção coletiva de soluções pedagógicas inovadoras, ampliando o repertório docente e estimulando a implementação de metodologias acessíveis e inclusivas.

Segundo Monteiro, Costa e Bottentuit Junior (2018), o aplicativo tem como finalidade integrar a tecnologia ao processo de aprendizagem, possibilitar a criação de conteúdos interativos e atuar como uma ferramenta estratégica que auxilia os estudantes no desenvolvimento da habilidade de filtrar informações disponíveis na internet.

Com seu funcionamento baseado em quadros interativos, o *Padlet* possibilita que os usuários criem espaços personalizados para finalidades diversas, como discussões em grupo, planejamento de aulas, organização de materiais e práticas pedagógicas colaborativas. Sua adaptabilidade torna a ferramenta extremamente versátil, sendo útil tanto para o ensino presencial quanto para o ensino remoto.

O *Padlet* foi criado com o intuito de tornar a colaboração digital mais fluida e acessível, permitindo a organização de informações de maneira visualmente estruturada. Na área educacional, a plataforma tem se consolidado como um recurso pedagógico inovador, proporcionando a professores e estudantes a possibilidade de compartilhar ideias, recursos e experiências em tempo real. Entre seus principais objetivos estão a facilitação da troca de conhecimentos entre educadores, promovendo um espaço interativo para o compartilhamento de práticas pedagógicas, e a ampliação do acesso a materiais formativos, criando um ambiente de aprendizagem contínuo e autônomo. Essa plataforma favorece metodologias inclusivas, permitindo a adequação de conteúdos para atender às necessidades de diferentes perfis de estudantes, e incentiva o ensino colaborativo, estimulando a interação entre docentes.

O *Padlet* oferece uma série de funcionalidades que potencializam sua aplicação na educação, incluindo murais interativos onde professores e estudantes podem adicionar postagens em diferentes formatos, como textos, links e vídeos. A edição colaborativa é outra característica importante, permitindo que vários usuários editem simultaneamente, o que favorece a aprendizagem coletiva. Também há a possibilidade de personalizar layouts, oferecendo diferentes modelos de organização, como murais, mapas conceituais e linhas do tempo, para facilitar a disposição das informações de maneira mais clara.

Na investigação em questão, o *Padlet* foi utilizado como um espaço digital para a formação continuada de professores, com o objetivo de fomentar a troca de experiências e o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas. A plataforma foi empregada para o compartilhamento de atividades pedagógicas, permitindo que os professores utilizassem exemplos de atividades realizadas em sala de aula, detalhando as estratégias utilizadas para adaptação curricular e inclusão. A troca de materiais formativos, como tutoriais, artigos acadêmicos, vídeos e referências sobre educação inclusiva, criou um repositório de consulta contínua. O *Padlet* também serviu como espaço para reflexão sobre práticas educacionais, permitindo que os professores registrassem e discutissem suas experiências, compartilhassem desafios, soluções e boas práticas.

O ambiente colaborativo do *Padlet* possibilitou que os educadores interagissem, comentassem, sugerissem melhorias e ampliassem seus repertórios pedagógicos com base nas experiências dos colegas. A plataforma permitiu o registro e a análise de feedback, coletando percepções dos professores sobre o uso da ferramenta na formação continuada, o que possibilitou avaliar sua eficácia como recurso para o aprimoramento docente.

Ao integrar o *Padlet* na pesquisa, observou-se que a plataforma se mostrou uma ferramenta prática e eficiente para promover a colaboração entre professores, fortalecer a formação continuada e incentivar o desenvolvimento de práticas educacionais mais inclusivas e inovadoras, atuando como um mural virtual dinâmico, onde os professores podem compartilhar suas práticas pedagógicas, desafios e estratégias inclusivas. Esse espaço permite a interação assíncrona e síncrona, facilitando a troca de experiências entre educadores de diferentes contextos e níveis de formação.

Dessa forma, o uso do *Padlet* não só amplia o acesso a conteúdos pedagógicos, mas também promoveu uma cultura de troca e cooperação, fundamental para a qualificação docente e a melhoria do ensino inclusivo. A pesquisa de Wenger, McDermott e Snyder (2002) sobre comunidades de prática destaca que espaços digitais como o *Padlet* favorecem a aprendizagem coletiva e o desenvolvimento profissional contínuo, pois permitem que os participantes compartilhem experiências, solucionem desafios e criem repertórios pedagógicos enriquecidos. No contexto da educação inclusiva, o uso desta plataforma pode ser um diferencial para a capacitação

docente e a construção de redes colaborativas, tornando o processo de ensino mais dinâmico e acessível.

O uso do *Padlet* enriquece o diálogo entre os participantes, promovendo uma troca de saberes que pode impactar positivamente as práticas pedagógicas observadas nesta investigação. Barros (2007) destaca que a formação continuada mediada por tecnologias é fundamental para o aprimoramento das práticas pedagógicas docentes, pois "o uso de ambientes virtuais enriquece o processo educativo, promovendo a atualização e a transformação das práticas pedagógicas dos docentes". A autora enfatiza que a integração de recursos tecnológicos na formação docente amplia as possibilidades de ensino, tornando o aprendizado mais dinâmico e acessível. Nesse sentido, plataformas colaborativas como o *Padlet* podem desempenhar um papel essencial na construção do conhecimento coletivo, promovendo interações significativas entre os professores e fortalecendo a prática pedagógica inclusiva.

A utilização do *Padlet* como espaço formativo tem se mostrado uma estratégia para facilitar a troca de experiências entre os docentes e fortalecer a construção de práticas pedagógicas inclusivas. A plataforma digital possibilita a criação de um ambiente colaborativo, onde os professores podem compartilhar materiais, discutir desafios e refletir sobre suas práticas pedagógicas. Por meio da organização de conteúdos em categorias específicas, o *Padlet* permite o acesso a textos, vídeos, links para cursos certificados e atividades adaptadas para a alfabetização e o letramento de estudantes com deficiência. Essa estrutura favorece a formação continuada dos docentes, ampliando seu repertório pedagógico e incentivando a experimentação de novas abordagens metodológicas.

O *Padlet* também contribui para a implementação do Ensino Colaborativo, promovendo a coautoria na construção de estratégias pedagógicas e o fortalecimento do trabalho em equipe. A possibilidade de interação assíncrona e síncrona permite que os professores participem no seu próprio ritmo, acessando e compartilhando conteúdos de qualquer dispositivo conectado à internet. Esse formato favorece uma formação flexível e acessível, tornando o aprendizado contínuo e integrado à prática docente. Dessa forma, a utilização do *Padlet* como ferramenta de formação colaborativa potencializa a inclusão escolar, ao incentivar a adaptação curricular e o desenvolvimento de metodologias que respeitem a diversidade dos estudantes, contribuindo para a construção de um ensino mais equitativo e acessível.

4.2 Local da Pesquisa documental

O universo da pesquisa é formado por uma escola da rede municipal de ensino de Praia Grande, São Paulo, que opera sob a coordenação e supervisão da Secretaria Municipal de Educação. A escola atende a 962 estudantes, oriundos de diversos bairros nas proximidades. A escola foi selecionada por representar realidades típicas do contexto educacional municipal e permitirem uma análise aprofundada das práticas de inclusão e uso de tecnologia assistiva no ensino regular.

Figura 2 - Escola Municipal M. P.



Fonte: Google Maps (2025)

Figura 3 - Escola Municipal M. P.



Fonte: Google Maps (2025)

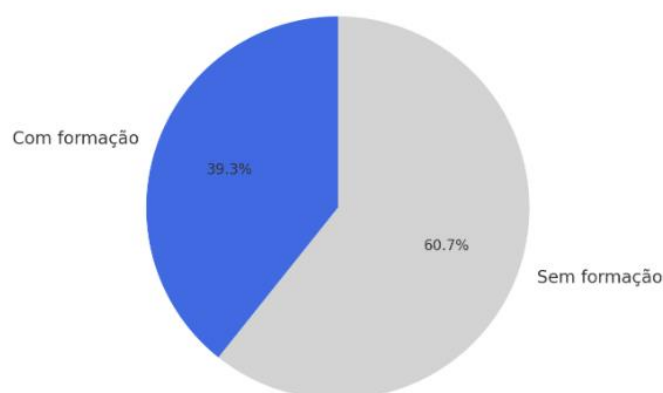
De acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Municipal M. P.,

a instituição, fundada há mais de 55 anos, está localizada no bairro Caiçara, em Praia Grande, São Paulo. Com uma trajetória consolidada na comunidade, a escola é reconhecida por sua significativa contribuição para o desenvolvimento acadêmico e o fortalecimento social e pessoal dos estudantes. Inserida em um contexto de desafios socioeconômicos, a escola desempenha um papel essencial como ponto de apoio para as famílias, promovendo um ambiente baseado no pertencimento, na equidade e no acolhimento. Assim, a instituição é vista como um núcleo de inclusão e suporte ao desenvolvimento integral dos estudantes.

Ainda segundo o Projeto Político Pedagógico (PPP) a escola adota uma abordagem pedagógica construtivista, priorizando o desenvolvimento de habilidades cognitivas, sociais e emocionais por meio de metodologias ativas que incentivam a autonomia, a criatividade e o pensamento crítico. A gestão escolar é pautada em princípios democráticos e participativos, favorecendo o envolvimento de educadores, famílias e a comunidade no processo educacional.

A equipe escolar é composta por 57 funcionários, incluindo aproximadamente 38 professores, dos quais 11 são especializados em Educação Especial. A instituição tem como prioridade práticas inclusivas que atendam às diversas necessidades dos estudantes. Por meio de projetos interdisciplinares e atividades de integração, a escola busca fortalecer o vínculo entre estudantes e professores, criando um ambiente propício à construção do conhecimento e à formação cidadã.

Gráfico 2 - Distribuição dos Professores quanto à Formação em Educação Especial e Inclusiva Escola da investigação



Fonte: Elaborado pela Autora (2025).

O gráfico 2 apresentada ilustra a distribuição dos professores da escola investigada em relação à formação em Educação Especial e Inclusiva. Conforme os dados, 39,3% dos docentes possuem formação específica nessa área, enquanto 60,7% não possuem essa especialização. Esses números evidenciam a necessidade de investimentos contínuos na capacitação docente para garantir práticas pedagógicas mais inclusivas. A formação adequada dos professores é essencial para atender às necessidades dos estudantes com deficiência, promovendo um ambiente educacional mais equitativo e acessível. Esses resultados reforçam a importância de políticas educacionais que incentivem a formação continuada, assegurando que todos os educadores estejam preparados para atuar em contextos de diversidade e inclusão.

A constante busca por qualificação por parte dos docentes revela um empenho significativo em relação ao desenvolvimento de suas trajetórias profissionais. Tal empenho se manifesta na adesão sistemática a processos de formação continuada, evidenciando um interesse genuíno pela ampliação de saberes, pela apropriação de novas metodologias de ensino e pelo aprimoramento das práticas pedagógicas. Além de refletir um compromisso com a melhoria da qualidade da educação, essa postura também sinaliza a intenção de progredir na carreira docente. Conforme registrado no Projeto Político-Pedagógico da instituição, os profissionais da escola vêm investindo em especializações na área da Educação Especial e Inclusiva, incluindo a realização de cursos de pós-graduação *lato sensu*.

4.3 Planejamento do Recurso Educacional

O Recurso Educacional, consiste em um ambiente virtual, organizado na plataforma *Padlet*, de acesso gratuito, criado especificamente para sistematizar e compartilhar práticas pedagógicas colaborativas voltadas à educação inclusiva¹. O conteúdo disponibilizado neste ambiente visa reunir, em um mesmo espaço digital, informações, sugestões de atividades e recursos pedagógicos que antes estavam dispersos, focando no fortalecimento da formação continuada dos docentes da rede

¹ Disponível em <https://padlet.com/elainenunes3/pr-tica-colaborativa-na-educa-o-inclusiva-3-anos-ensino-fund-j1cqmk0zvc91j18>.

municipal de Praia Grande.

O desenvolvimento deste espaço digital colaborativo ocorreu em duas etapas principais: a organização do ambiente formativo no *Padlet* e a análise dos registros e documentos inseridos via drive pelos docentes.

No processo de concepção, foi realizada uma análise preliminar dos documentos institucionais e pedagógicos, incluindo quinzenários e planejamentos, visando identificar as necessidades formativas dos professores do Ensino Fundamental I. Esse diagnóstico, fundamentado na análise documental, permitiu estabelecer objetivos pedagógicos claros que orientaram a estruturação do *Padlet*, alinhando sua proposta às demandas observadas nas práticas já registradas no contexto escolar.

A avaliação do espaço formativo se deu pela leitura crítica de documentos institucionais relacionados às práticas colaborativas. Esse processo possibilitou identificar a aplicabilidade das práticas compartilhadas, bem como compreender a forma como os docentes se apropriaram do espaço digital para a sistematização e disseminação de práticas pedagógicas inclusivas.

Assim, o processo analítico adotado assegurou que a estrutura do *Padlet* fosse coerente com as necessidades e expectativas formativas dos professores, reforçando seu potencial como recurso pedagógico no contexto educacional. A análise documental realizada permitiu, ainda, refletir criticamente sobre o impacto do uso das tecnologias digitais na formação continuada e na promoção de práticas colaborativas na escola.

O planejamento do recurso educacional consistiu na criação de um espaço digital colaborativo, desenvolvido por meio da plataforma *Padlet*, com o objetivo de proporcionar formação continuada para professores na área da educação inclusiva. Em seguida, o espaço digital foi configurado com uma série de funcionalidades, incluindo fóruns de discussão, possibilitando posteriormente a troca de ideias e experiências entre os profissionais; um sistema de compartilhamento de materiais pedagógicos, oferecendo recursos prontos para utilização em sala de aula; tutoriais sobre o uso de tecnologias educacionais, que permitissem o aprimoramento das práticas pedagógicas; e um ambiente para o compartilhamento de atividades e recursos voltados à inclusão, com o intuito de promover um ensino mais acessível.

O projeto também contemplou a criação de um ambiente acessível, intuitivo e de fácil navegação, levando em consideração as diferentes habilidades tecnológicas dos usuários. Em particular, foram adotadas medidas específicas para garantir a

acessibilidade para professores com deficiência, assegurando que todos pudessem usufruir do recurso de maneira equitativa.

4.4 Organização e Tratamento dos dados

Nesta pesquisa, “análise crítica e sistemática” refere-se à interpretação dos documentos a partir de um exame ordenado e comparativo, considerando a coerência interna das informações, a relação com a literatura consultada e a presença de evidências que permitam sustentar inferências. O termo “informações relevantes” é utilizado para designar dados diretamente relacionados aos objetivos do estudo, especialmente aqueles que indicam práticas inclusivas, utilização de tecnologias digitais ou interação colaborativa entre docentes. Já “resultados integrados” indica a articulação das interpretações obtidas em diferentes fontes documentais, de modo a compor uma compreensão unificada do fenômeno, sem perder de vista as particularidades de cada registro analisado.

A organização e a análise dos dados desta investigação foram conduzidas em conformidade com as etapas metodológicas previamente delineadas, assegurando a consistência e a confiabilidade das informações analisadas. Os dados documentais coletados – incluindo quinzenários e registros do Projeto Político-Pedagógico (PPP), foram organizados conforme categorias analíticas pré-estabelecidas, a saber: práticas pedagógicas inclusivas, percepção sobre a formação docente, uso de tecnologias digitais e sugestões para o aprimoramento da formação continuada.

A seleção dos materiais analisados pautou-se em critérios de relevância temática, recorte temporal (2024–2025) e adequação ao objeto da investigação, com ênfase nas discussões sobre inclusão escolar e formação docente colaborativa.

Com o intuito de assegurar a consistência analítica da investigação, utilizou-se a triangulação documental, articulando distintas fontes (documentos oficiais, registros colaborativos no drive da escola e informações compartilhadas no *Padlet*). Esse recurso possibilitou a construção de uma análise integrada e aprofundada das percepções e experiências profissionais docentes, ampliando a compreensão sobre os processos formativos e a apropriação das estratégias inclusivas.

O desenvolvimento do recurso educacional, estruturado na plataforma *Padlet*, acompanhou este mesmo rigor metodológico. O diagnóstico inicial resultante da análise

documental possibilitou identificar demandas formativas dos professores dos anos iniciais, subsidiando a definição de objetivos claros para o recurso, sua arquitetura e aplicabilidade na rotina da formação docente em contexto inclusivo. Conforme argumenta Silva (2020), “um diagnóstico detalhado é essencial para identificar demandas formativas e orientar a concepção de recursos pedagógicos alinhados à realidade docente”. Dessa forma, o planejamento e a avaliação do recurso digital seguiram os mesmos critérios de confiabilidade e validade aplicados na análise dos dados, assegurando a efetividade de sua implementação na formação continuada dos docentes.

4.5 Análise Final

Após a análise documental, os resultados foram integrados para oferecer uma visão completa sobre o impacto da formação continuada com uso de tecnologias digitais nas práticas pedagógicas inclusivas. A convergência das informações extraídas dos documentos permitiu identificar relações importantes entre as tendências observadas e as percepções dos professores, enriquecendo a interpretação dos dados e destacando aspectos relevantes do processo formativo.

Essa abordagem integrada evidencia tanto indicadores objetivos de mudança quanto elementos subjetivos, como a apropriação das estratégias inclusivas, o desenvolvimento da autonomia docente e a ampliação do repertório pedagógico. As evidências foram organizadas em um relatório final, que apresenta os principais resultados e uma discussão crítica sobre suas implicações para a prática educativa inclusiva.

O relatório também traz recomendações para melhorar a formação continuada, destacando a importância de unir teoria e prática, valorizar os saberes dos professores e incentivar o uso crítico e intencional das tecnologias educacionais. Essas orientações visam apoiar gestores, formadores e professores na construção de ações formativas que fortaleçam uma cultura escolar realmente inclusiva.

A organização rigorosa do processo investigativo, fundamentada em princípios éticos e metodológicos, garantiu a credibilidade dos dados e a validade dos resultados.

A análise documental proporcionou uma compreensão mais ampla e contextualizada das dinâmicas formativas, contribuindo para identificar os desafios e as oportunidades na formação de professores comprometidos com a equidade e o direito de todos à aprendizagem.

5 RESULTADOS

Este capítulo tem como finalidade apresentar e discutir os resultados obtidos por meio da análise documental dos quinzenários pedagógicos elaborados de forma colaborativa pelas professoras da Escola Municipal M. P. localizada na rede pública de ensino de Praia Grande, Estado de São Paulo. Esses registros foram produzidos no âmbito das turmas do 3º ano do Ensino Fundamental durante os anos letivos de 2024 e 2025, por meio da utilização da plataforma institucional do Google Drive, que se constituiu como um espaço digital de construção compartilhada e contínua do planejamento docente.

A análise teve como objetivo identificar evidências de práticas pedagógicas inclusivas, do uso significativo de tecnologias digitais no processo de ensino e aprendizagem e da presença de elementos que apontam para uma formação docente colaborativa, alinhada aos princípios de um trabalho pedagógico coletivo, reflexivo e sensível às necessidades dos estudantes.

Os dados extraídos dos documentos foram sistematizados em três categorias temáticas principais, formuladas a partir da recorrência de elementos observados nos registros e sustentadas teoricamente por autores que embasam esta investigação, como Mantoan (2021), Damiani (2008) e Nóvoa (2021). Cada categoria será apresentada e discutida nas seções seguintes, de modo a permitir uma análise crítica e aprofundada dos achados, relacionando-os ao referencial teórico e aos objetivos da pesquisa.

5.1 Práticas pedagógicas inclusivas

As atividades descritas nos quinzenários revelam uma diversidade de estratégias pedagógicas que buscam promover a aprendizagem de todos os estudantes, respeitando ritmos, estilos cognitivos e condições específicas. Dentre elas, destacam-se a utilização de jogos fonológicos, a separação de sílabas, a interpretação de textos com apoio visual, atividades com música e leitura compartilhada. Observam-se intervenções com fonemas na lousa, uso de material dourado para apoio concreto, cruzadinhas temáticas, leitura de gráficos e tabelas, bem como o uso de vídeos e recursos digitais interativos, como jogos online e redes sociais educativas. Essas práticas não apenas diversificam o processo de ensino e aprendizagem, como também favorecem a inclusão de múltiplas formas de acesso ao conhecimento e ao estímulo do raciocínio lógico, da criatividade e da autonomia dos estudantes.

Essa diversidade de práticas não representa apenas uma variedade metodológica, mas evidencia uma intencionalidade pedagógica voltada à acessibilidade e à equidade. Conforme Mantoan (2003), a inclusão escolar não se limita à presença física do estudante na sala de aula, mas exige a criação de práticas flexíveis e acessíveis que permitam o desenvolvimento de todos em contextos reais de aprendizagem. Assim, ao incorporar recursos visuais, lúdicos e musicais, os docentes asseguram a participação ativa dos estudantes com dificuldades de aprendizagem ou com necessidades educacionais especiais.

Essas práticas indicam, portanto, um compromisso com a democratização do ensino, alinhado à concepção de educação inclusiva defendida pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), que preconiza a necessidade de eliminação de barreiras e a oferta de condições de participação e aprendizagem para todos.

O trabalho colaborativo entre professores e especialistas configura-se como um movimento formativo contínuo, que ultrapassa ações pontuais e se estabelece como parte integrante da construção de uma prática pedagógica mais reflexiva, dialógica e inclusiva. Esse tipo de parceria promove a troca de saberes, a escuta ativa e a corresponsabilidade no enfrentamento dos desafios cotidianos da escola.

Nesse sentido, Damiani (2008) destaca que a corresponsabilidade na

elaboração e execução das práticas pedagógicas é essencial para o fortalecimento de uma escola inclusiva, pois rompe com a lógica do trabalho individualizado e fragmentado, favorecendo a construção coletiva de soluções pedagógicas mais sensíveis às diferenças.

A análise dos quinzenários revela que essas práticas colaborativas não ocorrem de maneira esporádica ou isolada, mas fazem parte de um planejamento contínuo, construído a várias mãos, com o objetivo de responder às múltiplas demandas educacionais que emergem do cotidiano escolar. Essa constatação evidencia um comprometimento institucional com o desenvolvimento de práticas pedagógicas que reconhecem e acolhem a diversidade, reafirmando o papel da formação continuada como eixo estruturante para a consolidação da inclusão na escola.

5.2 Uso de tecnologias digitais

Outro aspecto recorrente e significativo identificado nos quinzenários é o uso intencional e criativo de recursos digitais, como jogos educativos online (ex.: *Wordwall*), vídeos do YouTube e links para redes sociais, com sugestões de atividades artísticas e culturais. Esse movimento demonstra a compreensão, por parte dos professores, do potencial pedagógico dessas ferramentas para diversificar e ampliar os processos de aprendizagem.

Conforme Kenski (2012), a integração das tecnologias ao ensino amplia os espaços e tempos da aprendizagem, promovendo novas formas de interação com o conhecimento, o que é especialmente relevante em contextos de diversidade, como as salas de aula inclusivas.

O uso do *Padlet* como plataforma de compartilhamento das práticas efetivadas em sala de aula evidencia um novo modo de organização do trabalho pedagógico: colaborativo, aberto e acessível. O *Padlet* não funciona apenas como um repositório de atividades, mas como um ambiente de formação continuada, onde os professores podem socializar experiências, trocar sugestões e refletir coletivamente sobre suas práticas.

Esse processo expressa aquilo que Lévy (1999) define como inteligência coletiva, ou seja, a construção de saberes a partir da interação e da colaboração entre

indivíduos, potencializando a aprendizagem e a inovação. Assim, ao incorporarem as tecnologias digitais de forma articulada ao planejamento pedagógico, os professores contribuem para a construção de uma cultura escolar mais democrática e inclusiva.

Esse movimento também evidencia a formação docente em rede, conforme propõe Nóvoa (2021), que destaca a importância de os professores aprenderem com e entre seus pares, em processos de formação contínua mediados, inclusive, pelas tecnologias digitais. Dessa forma, o uso das ferramentas digitais nos quinzenários não é um fim em si mesmo, mas parte de um processo maior de transformação das práticas pedagógicas, com foco na inclusão, na colaboração e na inovação.

5.3 Formação docente em movimento: autonomia e colaboração

A análise dos quinzenários permite identificar com clareza o protagonismo dos professores na elaboração de propostas pedagógicas significativas, contextualizadas e coerentes com os objetivos curriculares. A produção de cruzadinhas, listas de palavras, atividades de interpretação e jogos adaptados evidencia um processo formativo que não se restringe à participação em cursos ou eventos externos, mas que se constrói no cotidiano escolar, a partir da prática, da reflexão e da interação com os pares.

Esse movimento está diretamente relacionado à concepção de saberes docentes como construídos na experiência, no cotidiano e nas interações sociais, conforme destaca Tardif (2002). Para o autor, os saberes profissionais dos professores são eminentemente práticos e se constituem a partir da vivência, da reflexão e da troca de experiências no contexto real de trabalho.

Nesse sentido, o *Padlet* assume um papel central como extensão virtual desse processo formativo, funcionando como espaço de compartilhamento de práticas, de comentários sobre resultados e de troca de sugestões. Essa dinâmica promove uma formação colaborativa e situada, que se articula com o que Nóvoa (2021) denomina de “formação em rede”, caracterizada pela aprendizagem entre pares e pela construção coletiva de conhecimentos pedagógicos.

A colaboração entre professores, evidenciada na análise dos quinzenários e nas interações mediadas pelo *Padlet*, reforça ainda mais o caráter dialógico e corresponsável do planejamento pedagógico. Como salienta Damiani (2008), o trabalho colaborativo entre educadores não se resume à divisão de tarefas, mas implica uma

responsabilidade conjunta pelas decisões pedagógicas e pela qualidade do que é produzido em conjunto.

A formação em rede e colaborativa potencializa a autonomia docente, na medida em que os professores passam a se reconhecer como sujeitos capazes de transformar suas práticas, inovar e responder de forma criativa e adequada às demandas de suas turmas. Esse aspecto é fundamental no contexto da educação inclusiva, pois, como afirma Mantoan (2003), a inclusão escolar exige a transformação das práticas pedagógicas e das concepções dos educadores sobre ensino e aprendizagem.

Assim, a formação docente que emerge da análise dos quinzenários não é uma formação prescrita, homogênea e centrada na transmissão de conteúdos, mas uma formação dinâmica, situada e colaborativa, que se realiza na prática cotidiana, na interação com os colegas e na reflexão sobre a própria prática, tendo como horizonte a construção de uma escola cada vez mais inclusiva, democrática e inovadora.

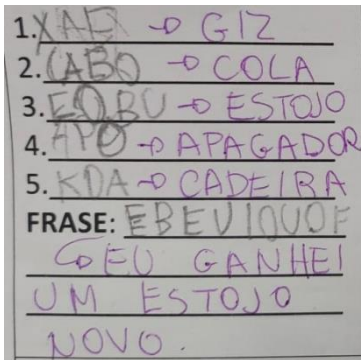
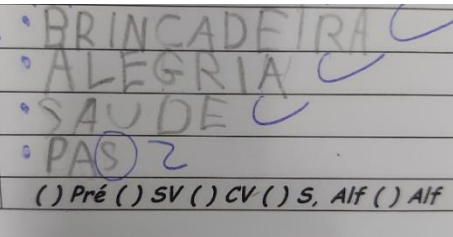
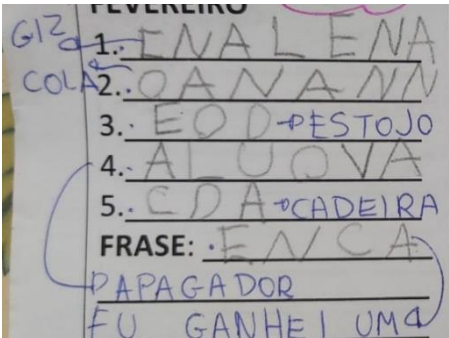
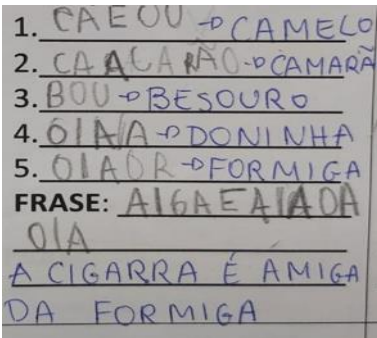
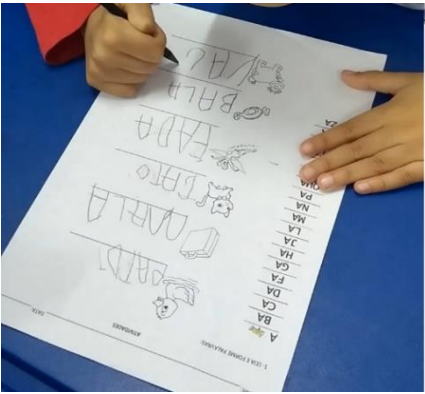
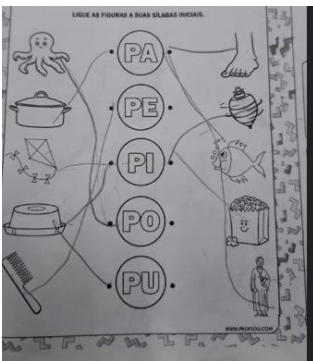
5.4 Desempenho dos estudantes

O quadro abaixo apresenta os resultados das sondagens iniciais e finais de leitura e escrita realizadas com os estudantes A, B e C, todos com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA). A primeira avaliação foi aplicada em junho, enquanto a segunda ocorreu em fevereiro de 2025, permitindo identificar e comparar a evolução de cada estudante ao longo do período. Para a análise das hipóteses de escrita, utilizamos como referência os estudos de Ferreira (2011), que contribuem para compreender os processos de construção do sistema de escrita pelas crianças. Informações complementares sobre esse processo avaliativo constam nos Quinzenários 1 e 4, disponíveis no link do drive documental, oferecendo um panorama ainda mais detalhado sobre o desenvolvimento e as intervenções pedagógicas realizadas com os estudantes.

A utilização do *Padlet* também se mostra vantajosa para organizar e visualizar os resultados dos estudantes de forma mais clara e acessível. Por meio da criação de murais interativos, é possível reunir as sondagens, registros de evolução e intervenções pedagógicas em um único espaço digital, facilitando tanto o acompanhamento individual quanto coletivo. Além disso, o formato visual e dinâmico da plataforma

permite que professores e demais envolvidos no processo educativo tenham uma visão mais ampla e imediata do progresso de cada aluno, favorecendo a tomada de decisões pedagógicas mais assertivas.

Quadro 11 - Sondagem inicial e final da escrita dos estudantes disponibilizadas pelos professores

Sondagem inicial – leitura e escrita	
 Estudante A - 2024	 Estudante A – 2025
 Estudante B – 2024	 Estudante B - 2025
	 Estudante C - 2025

Estudante C - 2024	
--------------------	--

Fonte: Elaborado pela Autora (2025).

O estudante A, diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista (TEA) - A análise do estudante revela que ele se encontrava no nível de escrita pré-silábico, caracterizado pela dificuldade em compreender a função e a representação das letras. Nesse estágio, como destaca Ferreiro (2011), a criança ainda não estabelece uma relação clara entre os códigos da escrita e os sons correspondentes, podendo interpretar as letras como meros desenhos ou símbolos desconectados do sistema de escrita. No entanto, ao longo do processo, a criança avançou significativamente e, em 2025, já se encontrava no nível alfabético, o que indica uma maior compreensão da correspondência entre letras e sons. Esse progresso demonstra a evolução no desenvolvimento da fluência leitora e escritora, refletindo a importância de um acompanhamento contínuo e de práticas pedagógicas digitais e inclusivas adequadas ao estágio de aprendizagem de cada estudante.

Conforme quinzenário, a Professora A trabalhou essencialmente a aplicação de atividades pedagógicas que auxiliem na construção do conhecimento sobre a escrita, enfatizando a diferenciação entre imagens e palavras, além de reforçar a correspondência entre os grafemas e os fonemas. A flexibilização das estratégias didáticas é um fator-chave para que a aluna avance para níveis mais estruturados da aquisição da escrita, promovendo uma maior compreensão sobre a função do sistema alfabético.

O estudante B, diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista (TEA) - A análise do estudante B indica que, no início ele se encontrava no nível de escrita silábico com valor sonoro, ou seja, já demonstrava alguma compreensão da relação entre a fala e a escrita, atribuindo valores sonoros a algumas letras, mas sem consolidar o princípio alfabético. Esse estágio, embora representando um avanço em relação ao nível pré-silábico, ainda exige um trabalho contínuo para aprofundar a compreensão das correspondências fonéticas e gráficas.

Nesse sentido, é fundamental desenvolver atividades que estimulem a correspondência entre fonemas e grafemas, incentivando a análise e manipulação dos

sons da língua. A Professora B, ciente dessa necessidade, elaborou estratégias como jogos fonológicos, leitura compartilhada e produção de textos com mediação. Essas abordagens pedagógicas têm como objetivo favorecer a transição do estudante para níveis mais estruturados de escrita, possibilitando a compreensão da lógica subjacente ao sistema alfabético. Dessa forma, o estudante é capaz de progredir no desenvolvimento de suas competências leitoras e escritoras, consolidando os princípios da escrita alfabética de maneira mais consistente e integrada.

O estudante C, diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista (TEA) - A análise do estudante C, que já se encontra no nível alfabético em sílabas simples, indica que ele compreende a relação entre os fonemas e os grafemas, sendo capaz de escrever de forma convencional, embora ainda possa apresentar algumas dificuldades ortográficas e na fluência da leitura e da escrita. Durante os meses seguintes, o estudante manteve-se no nível alfabético em sílabas simples, o que sugere que, embora tenha uma boa base, há a necessidade de continuar o processo de consolidação e avanço para níveis mais complexos de leitura e escrita.

Para que o estudante C avance em seu desenvolvimento, é essencial investir em atividades que aprimorem sua fluência leitora, sua ortografia e sua capacidade de produção textual. Estratégias como leitura autônoma e compartilhada, reescrita de textos, ampliação do repertório vocabular e exploração de diferentes gêneros textuais são fundamentais nesse processo. Tais abordagens contribuem para a consolidação de suas habilidades, favorecendo uma maior compreensão, autonomia e segurança na leitura e na escrita, permitindo que o estudante se aproxime de níveis mais avançados da fluência leitora e escritora.

O desenvolvimento da escrita dos estudantes, segue um processo gradual e sequencial, no qual cada estágio é caracterizado pela compreensão e apropriação dos diferentes aspectos do sistema de escrita. Ferreiro (2011) destaca que, inicialmente, as crianças passam por uma fase pré-silábica, na qual ainda não conseguem estabelecer uma correspondência clara entre os fonemas e os grafemas, tratando as letras como símbolos isolados. À medida que avançam, passam para o estágio silábico, onde começam a atribuir valor sonoro às letras, mas ainda não dominam a lógica do alfabeto. No nível alfabético, os estudantes compreendem a relação entre fonemas e grafemas, mas ainda podem apresentar dificuldades na ortografia e na fluência da leitura e escrita, como observado no estudante C. Ao longo de sua trajetória, os estudantes vão

consolidando o entendimento da escrita como um sistema que reflete e organiza a linguagem oral, e é através de atividades que estimulam a reflexão sobre esse sistema, como a leitura e produção de textos, que eles conseguem avançar e superar as barreiras ortográficas, ampliando sua competência de forma mais autônoma.

5.5 Espaço digital colaborativo

Este recurso educacional foi desenvolvido como um espaço digital colaborativo via *Padlet*, com o objetivo de facilitar a troca de conhecimento entre professores, oferecendo um ambiente onde possam compartilhar suas experiências e práticas pedagógicas. A plataforma é organizada para promover a capacitação docente por meio de tutoriais e materiais formativos, incentivando o desenvolvimento profissional contínuo e a colaboração entre educadores. Assim, busca-se fomentar um aprendizado mútuo que enriqueça as práticas pedagógicas e fortaleça a comunidade escolar.

De acordo com Monteiro, (2020, p. 8):

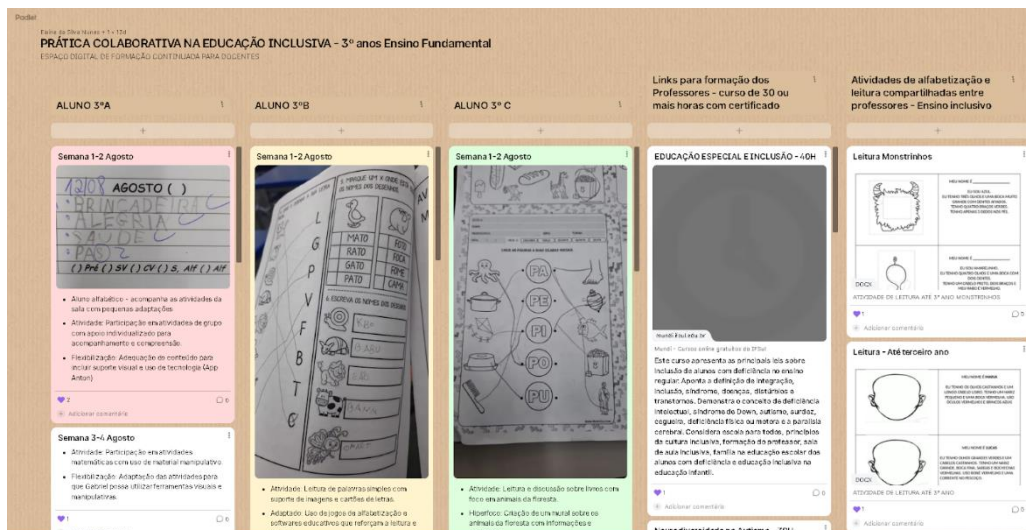
Com o uso do *Padlet*, pode-se criar resumos visuais, resenhas colaborativas de livros, mural de anotações, resumir conteúdo, realizar exercícios e compartilhar arquivos que podem ser usados para atividades em sala de aula. Nesse sentido, a ferramenta torna-se eficaz na construção de um novo modelo de organização de conteúdo hipertextual, principalmente devido às suas características, que permitem a criação de conteúdo linkado e fácil reconstrução das informações dispostas nos murais.

Ao incorporar o *Padlet* na prática educativa, o professor pode deixar as aulas mais dinâmicas e interativas. A criação e exploração dos murais estimula a aprendizagem colaborativa entre os alunos. Além disso, a plataforma é gratuita para estudantes e educadores, e seu uso pode ser mantido de forma sustentável ao longo dos anos. No entanto, a plataforma oferece planos pagos que liberam funcionalidades adicionais e aumentam o número de murais disponíveis (Costa; Júnior, 2020).

O recurso educacional tem como foco aprimorar práticas pedagógicas inclusivas, proporcionando aos professores recursos para implementar adaptações e metodologias que atendam às necessidades de todos os estudantes. Ao promover o uso de estratégias personalizadas e adequações no ensino, o espaço colaborativo

contribui para a construção de uma escola mais acolhedora e equitativa, onde cada estudante possa desenvolver seu potencial em um ambiente de respeito e inclusão.

Figura 4 - Prática Colaborativa no Padlet



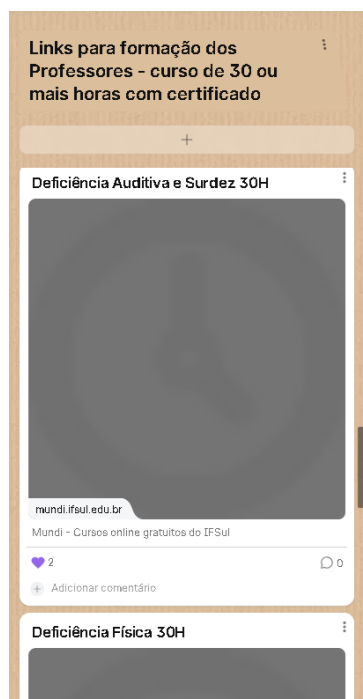
Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Padlet ColabEdu

O nome ColabEdu é uma fusão de "Colab", abreviação de "colaboração" e "Edu", que remete à educação. Essa combinação transmite de forma direta e moderna a essência do trabalho colaborativo no ambiente educacional.

O termo "Colab" representa parcerias produtivas e compartilhamento de conhecimentos. Já "Edu" reforça o contexto educacional, tornando o nome facilmente identificável para professores, gestores e demais profissionais da área.

Figura 5 – Links Cursos para formação dos Professores



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

As atividades serão divulgadas quinzenalmente no Padlet, com ênfase nas estratégias pedagógicas aplicadas junto aos estudantes. Cada postagem detalha o desenvolvimento escolar e os avanços na aprendizagem dos estudantes, proporcionando uma visão clara sobre o que funcionou em sala de aula. Esse compartilhamento contínuo contribui para a troca de experiências e fortalece a colaboração entre os professores, permitindo que adotem metodologias baseadas nas práticas bem-sucedidas dos colegas e de acordo com as necessidades dos estudantes.

No *Padlet ColabEdu*, atualmente estão disponíveis dados sobre 12 cursos oferecidos pelo Instituto Federal, cada um com carga horária de 30 horas ou mais, com certificado na área de Educação Especial e Inclusiva. Esses cursos são recursos valiosos para o auxílio na formação contínua dos educadores, permitindo o aprofundamento em práticas pedagógicas inclusivas e estratégias para atender às diversas necessidades dos estudantes. Eles representam uma excelente oportunidade para o aprimoramento profissional e a implementação de novas metodologias em sala de aula.

A formação continuada baseada na troca de experiências entre docentes se mostrou fundamental para a implementação de práticas pedagógicas inclusivas. Estudos recentes destacam que programas de formação que incentivam a colaboração

e o compartilhamento de estratégias entre professores contribuem significativamente para a adoção de metodologias inovadoras no contexto da educação inclusiva. Esses programas permitem que os educadores desenvolvam competências essenciais para atender às diversas necessidades dos estudantes, promovendo um ambiente de aprendizagem mais acessível (Rabelo, 2012).

Figura 6 – Padlet ColabEdu



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

No Padlet ColabEdu, diversos materiais e atividades foram compartilhados para auxiliar os professores, proporcionando recursos pedagógicos diversificados e estratégias que promovem a educação inclusiva. Entre as opções disponíveis, estão sugestões de práticas colaborativas, atividades lúdicas, jogos fonológicos, leitura, além de links para cursos que complementam a formação dos docentes na área de educação especial. Essas práticas têm como objetivo enriquecer as metodologias de ensino, oferecendo ferramentas que atendem às necessidades de todos os estudantes, especialmente aqueles com deficiências.

Figura 7 – Atividades compartilhadas entre professores



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Além do compartilhamento de práticas pedagógicas e reflexões sobre inclusão, o *Padlet* também foi utilizado como um espaço para a troca de sugestões de jogos e ferramentas interativas, como o ANTON, um aplicativo educativo gratuito alinhado à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que oferece conteúdos de Matemática, Língua Portuguesa, Ciências e Inglês para o Ensino Fundamental I, além de uma seção dedicada à Educação Infantil.

A utilização desses jogos nos chromebooks e tablets² permite aos professores

² O Chromebook é um computador portátil que utiliza o sistema operacional Chrome OS, criado pelo Google, concebido para funcionar prioritariamente com aplicações e serviços armazenados na nuvem, priorizando atividades realizadas de forma online. Em contraste com modelos que operam com Windows ou macOS, apresenta características voltadas à execução de tarefas conectadas à internet, com menor demanda de recursos de hardware e custo geralmente reduzido. Já o tablet consiste em um equipamento

explorar metodologias ativas, promovendo maior engajamento e interação dos estudantes no processo de aprendizagem. Andrade e Sartori (2018) reforçam que, no século XXI, não é mais possível manter o interesse dos alunos apenas com aulas expositivas centradas no professor, nem mesmo com o uso de ferramentas digitais como o PowerPoint, se a lógica continuar sendo a mesma: o docente no centro do processo. Os autores destacam que é preciso investir em práticas pedagógicas que envolvam o estudante na construção do próprio conhecimento — tornando-o protagonista do seu aprendizado. Nessa perspectiva, o desenvolvimento passa a ser mais significativo, e a motivação para aprender se torna intrínseca (Andrade; Sartori, 2018).

Dessa forma, o *Padlet* impulsiona o uso de recursos tecnológicos inovadores, fortalecendo práticas pedagógicas inclusivas e promovendo um ensino mais interativo e acessível.

Na organização do *Padlet* ColabEdu, os conteúdos foram estruturados em categorias específicas para facilitar o acesso e a aplicabilidade dos professores do 3º ano do ensino fundamental, com foco no atendimento a estudantes com deficiência. O ambiente digital foi dividido em seções que incluem links para formação continuada, priorizando cursos com carga horária superior a 30 horas e certificação, permitindo a qualificação dos docentes em práticas inclusivas. Foram disponibilizadas atividades voltadas para alfabetização e leitura, abrangendo estratégias acessíveis e materiais interativos.

A inserção desses recursos ocorre de forma colaborativa, com a participação ativa dos professores, que contribuem com sugestões, práticas pedagógicas e reflexões sobre a efetividade das estratégias utilizadas, tornando o espaço dinâmico e atualizado continuamente conforme as demandas educacionais.

Para incentivar a participação ativa dos professores em espaços digitais colaborativos de formação continuada, é essencial criar um ambiente dinâmico e interativo, que valorize a troca de experiências e a construção coletiva do conhecimento. Estratégias como gamificação, reconhecimento por meio de

eletrônico móvel, equipado com tela sensível ao toque, empregado em diferentes finalidades, como navegação em páginas da internet, reprodução de vídeos, leitura de livros digitais, uso de jogos e execução de aplicativos variados. Sua dimensão e configuração situam-no entre o smartphone e o laptop, combinando mobilidade ampliada com funcionalidades superiores às de um telefone celular, embora inferiores às de um computador portátil tradicional. Esses dispositivos foram incorporados ao acervo tecnológico das instituições escolares.

certificações e badges virtuais, além da curadoria de conteúdos personalizados, podem tornar a experiência mais atraente e relevante para os docentes. A interação contínua, com fóruns de discussão, enquetes e feedbacks imediatos, fortalece o engajamento e promove um aprendizado mais colaborativo.

Outro aspecto fundamental é o suporte pedagógico e técnico, garantindo que todos os docentes se sintam confortáveis no uso das plataformas digitais.

Tutorial de acesso ao *Padlet* Colabedu

O recurso educacional adotado neste estudo foi a criação de um *Padlet* com um objetivo de oferecer aos professores um espaço centralizado para acessar informações sobre jogos voltados à alfabetização, trocar atividades e sugerir práticas que favoreçam a adequação dos conteúdos às necessidades dos alunos. Ferramentas digitais como essa têm se mostrado especialmente relevantes no cenário educacional atual. Costa e Júnior (2020) destacam o *Padlet* como uma plataforma eficaz para organizar conteúdos multimídia, estimular a interação entre docentes e fortalecer práticas pedagógicas colaborativas e inclusivas. Ao concentrar sugestões, exemplos e materiais em um só ambiente, o *Padlet* se torna um recurso potente — não apenas por facilitar o acesso a materiais didáticos no cotidiano escolar, mas também por incentivar o compartilhamento de experiências e a construção coletiva do saber entre educadores (Costa; Júnior, 2020). Dessa forma, o *Padlet* deixa de ser apenas uma plataforma digital para se consolidar como um espaço ativo de apoio à formação continuada, à experimentação pedagógica e à personalização curricular, com foco especial na alfabetização e na inclusão escolar.

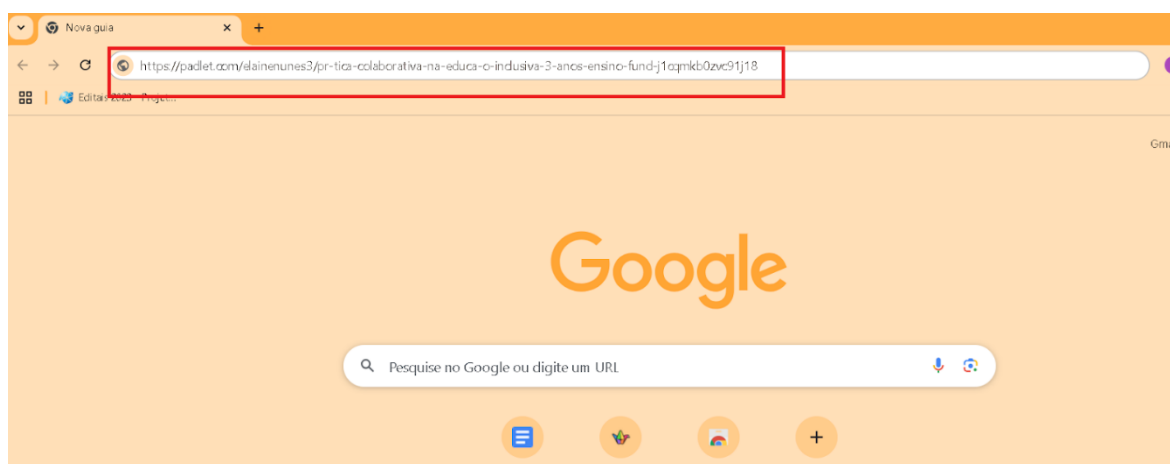
O *Padlet* é um material sustentável, pois pode ser reutilizado por professores que estarão com os mesmos estudantes no ano seguinte. Isso significa que as estratégias, atividades e jogos ficam disponíveis para dar continuidade ao processo educativo, garantindo uma aprendizagem consistente e alinhada ao desenvolvimento individual dos estudantes.

O principal objetivo desse *Padlet* é incentivar os educadores a explorar novas metodologias que coloquem o estudante no centro do processo de aprendizagem. A ideia é valorizar as necessidades e potencialidades de cada estudante, promovendo

um ensino mais personalizado e efetivo. Com isso, o *Padlet* ajuda a criar um ambiente onde a inclusão e o engajamento caminham lado a lado.

Em suma, o *Padlet*³ é dedicado especialmente aos docentes e traz uma prática de ensino inovadora, capaz de turbinar o aprendizado e fortalecer a inclusão escolar. Ao usar jogos educativos e estratégias colaborativas, ele abre espaço para que professores transformem suas aulas em experiências mais dinâmicas, interativas e significativas para os estudantes.

Figura 8 - 1º passo *Padlet*: abrir o navegador da internet

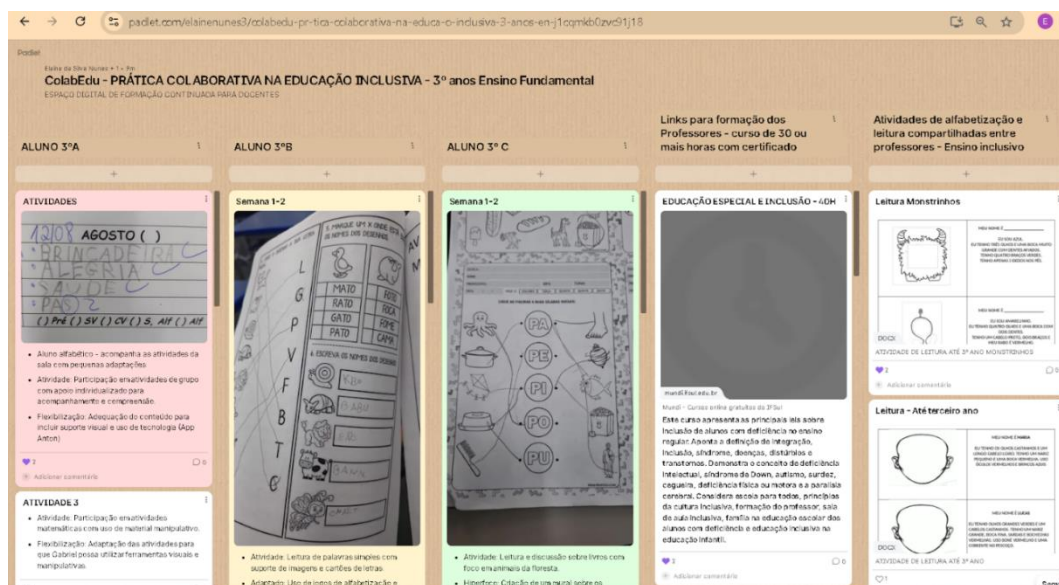


Fonte: <https://www.google.com.br> Acesso em 15/05/2025

2º passo: digitar o endereço eletrônico disponibilizado.

Figura 9 - 3º passo *Padlet*: o *Padlet* estará acessível com todo o conteúdo disponibilizado de forma fácil e dinâmica

³ Acesso em <https://padlet.com/elainenunes3/pr-tica-colaborativa-na-educa-o-inclusiva-3-anos-ensino-fund-j1cqmk0zvc91j18>.



Fonte: <https://padlet.com/elainenunes3/pr-tica-colaborativa-na-educa-o-inclusiva-3-anos-ensino-fund-j1cqmk0zvc91j18> (2025)

Ao viabilizar a troca de experiências e a socialização de práticas pedagógicas digitais e inclusivas em ambiente virtual, o uso do *Padlet* atende às demandas da educação contemporânea por metodologias adaptativas, personalizadas e equitativas. Conforme destacam Dalla Valle e Ferreira (2023), a promoção de estratégias colaborativas e digitais contribui para a consolidação de uma cultura educacional inclusiva, onde o compartilhamento de materiais formativos e sugestões de atividades amplia o acesso a conteúdos especializados e favorece o desenvolvimento contínuo e autônomo de competências docentes.

O *Padlet* demonstra um potencial significativo ao oferecer recursos e orientações que atendem à diversidade de perfis de aprendizagem, possibilitando que os professores planejem e ajustem suas práticas pedagógicas conforme os princípios do modelo social da deficiência. Nessa linha, Coll (2010) destaca o papel das tecnologias digitais inclusivas, como o próprio *Padlet*, na promoção da inclusão educacional, ao favorecerem a aprendizagem por meio de estratégias diversificadas e criativas, adaptadas às necessidades de cada estudante.

Assim, amparado nessas abordagens teóricas, o *Padlet* se configura como uma ferramenta acessível e relevante para a qualificação das práticas pedagógicas digitais e colaborativas, contribuindo para uma escola inclusiva que valoriza as singularidades dos estudantes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada permite responder à pergunta de investigação sobre de que maneira a criação de um espaço digital colaborativo pode contribuir para a formação continuada de professores voltada a práticas inclusivas com uso de tecnologias. Os resultados indicam que a utilização desse ambiente, articulada à rotina escolar, favoreceu a troca estruturada de experiências entre docentes, o compartilhamento de recursos pedagógicos adaptados e a incorporação de estratégias voltadas à inclusão de estudantes com deficiência. Essa dinâmica possibilitou ampliar o repertório metodológico, promover ajustes no planejamento e fortalecer a integração de tecnologias digitais nas práticas pedagógicas, resultando em um processo formativo mais alinhado às demandas da educação inclusiva.

O objetivo geral consistiu em analisar como a formação continuada de professores pode ser potencializada pela criação e uso de um espaço digital colaborativo orientado para práticas inclusivas mediadas por tecnologias digitais. A investigação demonstrou que essa proposta contribuiu para integrar recursos tecnológicos ao planejamento pedagógico, estimular o trabalho conjunto entre docentes e favorecer adaptações curriculares adequadas às diferentes necessidades dos estudantes. A articulação entre formação continuada e uso intencional da tecnologia mostrou-se capaz de apoiar a consolidação de práticas inclusivas integradas ao cotidiano escolar.

As considerações finais desta investigação indicam que a formação de professores mediada por tecnologia é elemento fundamental para assegurar que todos os estudantes tenham acesso a oportunidades de aprendizagem compatíveis com suas necessidades. A criação do espaço digital colaborativo via *Padlet* incentivou a troca de experiências e a difusão de práticas pedagógicas adaptadas, favorecendo a personalização do ensino e a construção de um repertório diversificado de estratégias inclusivas.

A análise documental dos registros pedagógicos mostrou que, apesar de avanços, o ensino tradicional ainda predomina, com poucas iniciativas voltadas à inclusão na rede regular de ensino. Essa realidade decorre de abordagens restritivas que mantêm práticas convencionais e dificultam a adoção de intervenções mediadoras.

Trabalhar com estudantes com deficiência exige formação continuada que permita superar práticas tradicionais e implementar didáticas adequadas, garantindo acesso equitativo e valorizando a diversidade no ambiente escolar.

Observou-se que muitos docentes ainda mantêm postura centrada na transmissão unilateral do conhecimento, com pouca participação ativa dos estudantes. Embora não tenham sido realizadas entrevistas, a implementação do espaço colaborativo promoveu um trabalho mais mediado, com atendimento individualizado e suporte a todos os alunos da turma. Essa abordagem trouxe novas possibilidades para o currículo e estimulou relações colaborativas entre professores.

O compartilhamento de práticas pedagógicas no ambiente digital contribuiu para superar barreiras à inclusão, permitindo a circulação de estratégias e recursos adaptados. Plataformas como o *Padlet* ColabEdu possibilitaram que docentes relatassem desafios, compartilhassem soluções e construíssem coletivamente práticas mais acessíveis, reduzindo a sensação de isolamento profissional e fortalecendo a confiança para experimentar novas abordagens.

A participação em espaços digitais colaborativos também estimulou a tomada de decisões pedagógicas mais embasadas e a adaptação de estratégias de acordo com as necessidades dos estudantes. Essa experiência reforçou que a tecnologia, utilizada de forma planejada, atua como suporte para um ensino responsivo e centrado no estudante, além de favorecer o planejamento conjunto e ajustes pedagógicos com base em experiências reais.

De forma geral, a proposta de trabalho colaborativo mostrou-se promissora para a inclusão de estudantes com deficiência, apontando a necessidade de repensar e reconfigurar práticas pedagógicas e políticas educacionais. Para que a inclusão se concretize, é necessário garantir não apenas matrícula e acesso, mas também permanência, ensino de qualidade e oportunidades equitativas. O Ensino Colaborativo estimula os educadores a reconhecerem seus limites e a buscar constante aprimoramento no processo de ensino e aprendizagem.

Ainda é necessário avançar no estudo e aplicação das legislações que sustentam a Educação Especial e Inclusiva, superando visões assistencialistas e capacitistas que restringem as possibilidades de participação plena. Assim, a promoção de ações atitudinais e a construção de novos conhecimentos são fundamentais para que os direitos assegurados se tornem efetivos.

Ao retomar os objetivos delineados nesta investigação, constata-se que o Ensino Colaborativo, aliado ao uso intencional das tecnologias digitais, impactou positivamente as práticas pedagógicas dos docentes. A continuidade de investimentos na formação e no desenvolvimento profissional dos educadores é imprescindível, sendo recomendável a implementação de programas de educação continuada que integrem tecnologia e inclusão, de modo a transformar a realidade das escolas e oferecer um ambiente mais equitativo para todos os estudantes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Amélia; TOYODA, Cristina Yoshie. Inclusão escolar pela via da colaboração entre educação especial e educação regular. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 41, p. 81-93, jun/set. 2011.

AMARAL, Sérgio Ferreira do; BARROS, Daniela Melaré Vieira. Estilos de aprendizagem no contexto educativo de uso das tecnologias digitais interativas. **Repositório aberto UAB**, v. 1, n. 12, p. 1-32, 2007. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/6711/1/artigo.pdf>. Acesso em: 10 de outubro. 2024.

ANDRADE, Julia Pinheiro; SARTORI, Juliana. O professor autor e experiências significativas na educação do século XXI: estratégias ativas baseadas na metodologia de contextualização da aprendizagem. In: BACICH, Lilian; MORAN, José (org). **Metodologias ativas para uma educação inovadora**: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018. p. 175-199.

ANDRÉ, Marli. A pedagogia das diferenças. In: ANDRÉ, Marli (org.). **Pedagogia das diferenças na sala de aula**. Campinas: Papirus, 1999. p. 11-26.

ARGUELES, Maria Elena; HUGHES, Maria Tejero; SCHUMM, Jeanne Shay. Co-teaching: A different approach to inclusion. **Principal**, v. 79, p. 48-51, 2000.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BERWANGER, Otávio; SUZUMURA, Erica Aranha; BUEHLER, Anna Maria; OLIVEIRA, João Bosco. Como avaliar criticamente revisões sistemáticas e metanálises? **Revista Brasileira de Terapia Intensiva**. v. 19, n. 4, p. 475-480, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-507X2007000400012&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 5 mar. 2025.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. Dados Qualitativos. In: BOGDAN, R.C.; BIKLEN, S.K. **Investigação qualitativa em educação** – uma introdução às teorias e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994. p.147- 202.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 ago. 2024.

BRASIL. **Decreto Legislativo nº. 186, de 9 de julho de 2008**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. 2008a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Congresso/DLG/DLG-186-2008.htm. Acesso em: 22 set. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001.** Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 9 out. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm. Acesso em: 22 set. 2024.

BRASIL. **Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Brasília: Ministério da Educação, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 22 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008d. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/potilicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade.** Brasília: MEC/SEESP, 2006. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em: 19 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP 1/2006.** Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Pedagogia. Brasília: Conselho Nacional de educação, 2006b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=1299>. Acesso em: 20 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2008/politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva>. Acesso em: 14 jun. 2025.

BRASIL. **Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência.** Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. Brasília, 1999.

CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho. **Avaliação das possibilidades do Ensino Colaborativo no processo de inclusão escolar do aluno com Deficiência Mental.** 2004. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho; MENDES, Enicéia Gonçalves. Avaliação das possibilidades do ensino colaborativo no processo de inclusão escolar do aluno com deficiência mental. In: ALMEIDA, M. A.; MENDES, E. G.; HAYASHI, M. C. P. I. (Org.)

Temas em Educação Especial: múltiplos olhares. Araraquara, SP: Junqueira & Marin; Brasília, DF: CAPES – PROESP, 2008. p.104-112.

CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho; MENDES, Enicéia Gonçalves. Formação Continuada de Professores para a Diversidade. **Educação**, Porto Alegre, v. 54, n. 3, p. 597-615, 2004.

CARDOSO, Márcia Regina Gonçalves; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; GHELLI, Kelma Gomes Mendonça. Análise de conteúdo: uma metodologia de pesquisa qualitativa. **Cadernos da Fucamp**, v. 20, n. 43, p. 98-111, 2021.

COLL, César. **Psicologia da educação virtual:** aprender e ensinar com as tecnologias da informação e da comunicação, Porto Alegre, Artmed, 2010.

CONDERMAN, Gregory J.; BRESNAHAN, Mary V.; PEDERSEN, Theresa. **Purposeful co-teaching:** real cases and effective strategies. California: Corwin Press: Thousand Oaks, 2009.

COSTA, José Antônio da; JÚNIOR, Ricardo Sabino Mariano. O uso do Padlet na Educação: potencialidades e limites. **Educação, Formação & Tecnologias**, v. 13, n. 2, p. 99–113, jul./dez. 2020.

COSTA, Mauricio José Moraes; JUNIOR, João Batista Bottentuit. Formação docente, app-learning e letramento digital: um estudo da percepção dos professores sobre o aplicativo PADLET. **Revista Faz Ciência**, São Luiz, v. 22, n. 35, p. 98 – 116, 2020.

DALFRÉ, Mariá Ribeiro. Ensino colaborativo e educação especial: revisão de literatura. **Ensaios Pedagógicos**, v. 15, n. 3, 2023. Disponível em: <https://ensaiospedagogicos.ufscar.br/index.php/ENP/article/view/207>. Acesso em: 14 jul. 2025.

DALLA VALLE, Paulo Roberto; STRIEDER, Roque; DELGADO, Ana Cristina Coll. A formação continuada para uma educação humanizadora: desafios e perspectivas. **Debates em Educação**, v. 15, n. 36, p. 810-826, 2023

DAMIANI, Magda Floriana. Entendendo o ensino colaborativo em educação e revelando seus benefícios. **Educar**, Curitiba, n. 31, p. 213-230, 2008.

ESCOLA MUNICIPAL MÁRIO POSSANI. **Projeto Político Pedagógico**. Praia Grande, 2024.

FERREIRA, Bárbara Carvalho; MENDES, Enicéia Gonçalves; ALMEIDA, Maria Amélia; DEL PRETTE, Zilda Aparecida Pereira. Parceria colaborativa: descrição de uma experiência entre o ensino regular e especial. **Revista do Centro de Educação/Cadernos**, n. 29, 2007, n.p.

KASSAR, Maria Carmen Martinez. A formação de professores para a Educação Inclusiva e os possíveis impactos na escolarização de alunos com deficiências. *Revista*

Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores, v. 12, n. 24, p. 165-180, 2014. DOI: 10.31639/rbpf.v12i24.312

GASPARETTO, Maria Eliza. **Tecnologia assistiva e inclusão: desafios e possibilidades**. Curitiba: Editora Appris, 2012.

GIANINI, Zenaide Moschim. **PADLET: construindo a autonomia na aprendizagem de inglês**. Revista CBTECLE, v. 1, n. 1, p. 508-527, 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. **Inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

GLAT, Rosana; BLANCO, Leila de Macedo Varela. **Educação especial no contexto de uma Educação Inclusiva**. In: GLAT, Rosana. Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

GUENTHER, Dietrich. **Gestão democrática da educação: um desafio para as escolas públicas**. São Paulo: Cortez, 2006.

JANUZZI, Gilberta de Martino. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2023.

LEME, Erika Souza; RICARDO, Luiza Basilio. A formação docente na perspectiva do ensino colaborativo: entrelaçando saberes e fazeres: Teacher training in the perspective of collaborative teaching: intertwining knowledge and doing. **Revista Cocar**, v. 16, n. 34, 2022.

LIMA, Jorge Ávila de. Por uma análise de conteúdo mais fiável. **Revista Portuguesa de Pedagogia**, ano 47, v. 1, p. 7-29, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.14195/1647-8614_47-1_1. Acesso em: 25 maio 2025.

LIMA, Silvia Maria Andrade; PLETSCHE, Maria Denise Rodrigues. Ensino colaborativo e inclusão: articulações possíveis. **Revista Educação Especial**, v. 33, n. 69, p. 1-18, 2020.

MACHADO, Andréa Carla.; ALMEIDA, Maria Amélia. Efeitos de uma Proposta de Consultoria Colaborativa na Perspectiva dos Professores. **Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 18, p. 222-239, set./dez. 2014.

MACIEL, Rosiclee Córdova Armstrong; ANDRADE, Elieni Aparecida; CAMPOS, Érica Rafaela dos Santos; BENTO, Luésia de Souza; OLIVEIRA, Luciana do Socorro Nascimento Skowronski; RIGONI, Patrícia Pereira de Souza. Gamificação na formação de professores: potencialidades e impactos no currículo educacional. In: SANTOS,

Silvana Maria Aparecida Viana; FRANQUEIRA, Alberto da Silva (Org.). **Mídias e tecnologia no currículo**: estratégias inovadoras para a formação docente e contemporânea. São Paulo: Arché, 2024. p. 108-134. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.978-65-6054-106-4>. Acesso em: 16 jun. 2025.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **Educação Inclusiva**: em busca de uma escola para todos. 14. ed. São Paulo: Moderna, 2021.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** 3. ed. São Paulo: Summus Editorial, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **Caminhos pedagógicos da inclusão**: a escola comum na educação de alunos com deficiência. Porto Alegre: Mediação, 2006.

MARIN, Márcia; BRAUN, Patrícia. Ensino Colaborativo como prática de inclusão escolar. In: GLAT, R.; PLETSCHE, M. D. **Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

MENDES, Enicéia Gonçalves. Colaboração entre ensino regular e especial: o caminho do desenvolvimento pessoal para a inclusão escolar. In: MANZINI, E. J. (Org.) **Inclusão e acessibilidade**. Marília, SP: ABPEE, 2006. p. 29-41.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **Educação especial na perspectiva da inclusão escolar**: avanços e desafios. São Paulo: Editora da USP, 2016.

MENDES, Enicéia Gonçalves; VILARONGA, Carla Ariela Rios. **Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial**. EdUFSCar, 2023.

MENDES, Enicéia Gonçalves; ZERBATO, Ana Paula; VILARONGA, Carla Ariela Rios; PAULINO, Vanessa Cristina. O professor de educação especial na proposta de Coensino no município de São Carlos: diagnóstico inicial. **IV Congresso Brasileiro de Educação Especial**, CBEE 2012.

MICHAELS, Sarah; O'CONNOR, Catherine. **Becoming a “better” teacher of reading: How, why, and what it takes**. In: PARIS, Scott G.; HAMILTON, Heidi. (Org.). *Measuring reading development and achievement: From kindergarten to college*. New York: Routledge, 2020.

MONTEIRO, Jean Carlos da Silva; COSTA, Maurício José Moraes BOTTENTUIT JUNIOR, João Batista. App-learning hipertextual: repositórios virtuais de aprendizagem no Padlet. In: 4º Encontro sobre Jogos e Mobile Learning, 2018, Coimbra. **Atas do 4º Encontro sobre Jogos e Mobile Learning**. Coimbra: Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra - Coimbra, 2018. p. 216-225.

MONTEIRO, Jean Carlos da Silva. PADLET: um novo modelo de organização de conteúdo hipertextual. **Revista encantar**, Bom Jesus da Lapa, v.2, p. 1-11, 2020.

MORAN, José Manuel. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá**. Campinas: Papirus, 2015.

MOTA, Karine Matos; MACHADO, Thallyanna Paiva Pessanha; SANTOS CRISPIM, Rayane Paes dos. Padlet no contexto educacional: uma experiência de formação tecnológica de professores. *Revista Redin*, v. 6, n. 1, p. 508-527, out. 2017.

NÓVOA, Antonio. **Os professores: o presente e o futuro**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2021.

PADLET. **Criando murais**. [S.l.: s.n.], 2025. Disponível em <https://pt-br.padlet.com/>. Acesso em: 11 mar. 2025.

PONTES, Paulo Ricardo Da Silva et al. PBL mais aprendizagem colaborativa: práticas metodológicas para o ensino médio integrado. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 2, n. 22, p. e11098-e11098, 2022.

RABELO, Lucélia Cardoso Cavalcante. **Ensino colaborativo como estratégia de formação continuada de professores para favorecer a inclusão escolar**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

SANTOS, Hercules Pimenta. **Quero entrar para um mestrado em uma universidade pública: dicas e orientações sobre seus processos e a elaboração de projetos de pesquisa, ação ou intervenção**. 2019. Disponível em <https://ufmg.academia.edu/HerculesSantos>. Acesso em 15 ago. 25.

SANTOS, Hercules Pimenta. **Tecnologias e mídias educativas** - Recurso eletrônico, e-pub.. 1. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2017. v. 1.

SASSAKI, Romeu Kazumi. A Educação Inclusiva e os obstáculos a serem transpostos. **Jornal dos Professores** – órgão do Centro do Professorado Paulista. São Paulo, n. 343, p. 15, fev. 2003. Disponível em: <http://doczz.com.br/doc/97322/a-educacao-inclusiva-e-os-obstaculos-a-serem-transpostos>. Acesso em: 20 de jun. 2025.

SAVIANI, Dermeval. **Ensino público e algumas falas sobre universidade**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1984.

SCHLEMMER, Eliane; SCHUSTER, Bruna Elisa; LIMA, A. C. Metodologias ativas no ensino superior: uma nova perspectiva pedagógica. **Revista Brasileira de Inovação Educacional**, v. 12, n. 3, p. 54-70, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/rbie.2022.3.12.54>. Acesso em: 16 dez. 2024.

SILVA, Juliana Rios da; ANDRADE, Marina Duarte de. **Tecnologias digitais e inclusão escolar: desafios e possibilidades na formação docente**. Curitiba: CRV, 2023.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão: um guia para educadores**.

Tradução Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 1999.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO. **Diretrizes para a educação inclusiva**. Paris: UNESCO, 2023.

VALLE, Paulo Roberto Dalla; FERREIRA, Jacques de Lima. Análise de conteúdo na perspectiva de Bardin: contribuições e limitações para a pesquisa qualitativa em educação. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 41, e49377, 2025. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-469849377>. Acesso em: 22 maio 2025.

VAUGHN, Sharon; SCHUMM, Jeanne Shay; ARGUELLES, María Eugenia. The ABCDEs of co-teaching. **Teaching Exceptional Children**, v. 30, n. 2, p. 4-10, 1997.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Docência: formação, identidade profissional e inovações didáticas**. Recife: ENDIPE, 2006.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Docência: formação, identidade profissional e inovações didáticas. In: ENCONTRO DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO. 13, 2006, **Anais...** Recife: ENDIPE, 2006. p. 467-482.

WENGER, Etienne; MCDERMOTT, Richard; SNYDER, William. **Cultivando comunidades de prática: um guia para o gerenciamento do conhecimento**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

ZANATA, Eliana Marques. **Práticas Pedagógicas Inclusivas para Alunos Surdos numa Perspectiva Colaborativa**. 2004. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

ZERBATO, Ana Paula. **A construção do papel do professor de Educação Especial na proposta de coensino**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

ZERBATO, Ana Paula; VILARONGA, Carla Ariela Rios; MENDES, Enicéia Gonçalves; PAULINO, Vanessa Cristina. O professor de educação especial na proposta de Coensino no município de São Carlos: diagnóstico inicial. **IV Congresso Brasileiro de Educação Especial**, CBEE 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Carta de autorização para utilização de documentos escolares



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

AUTORIZAÇÃO DE ACESSO À DOCUMENTAÇÃO ESCOLAR

Eu, Ramon Guerra, diretor na Escola Municipal Mário Possani, situada em Praia Grande, São Paulo, autorizo a mestranda da UNESP, Elaine da Silva Nunes, a acessar e utilizar as documentações disponíveis no drive da unidade escolar, incluindo quinzenários (com a autorização dos professores) e planejamentos, bem como o acesso ao Currículo Municipal e aos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) dos anos de 2024 e 2025 disponíveis no portal CidadãoPG (<https://dpid.cidadaopg.sp.gov.br/portal/>).

Essa autorização é concedida exclusivamente para fins acadêmicos e de investigação no âmbito de sua pesquisa de mestrado.

Praia Grande, 08 de janeiro de 2025.


Ramon Guerra dos Santos



Rua José Borges Netto, 50 • Mirim • Praia Grande • www.praiagrande.sp.gov.br

ANEXOS

ANEXO A – Ata do Exame Geral de Qualificação



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Presidente Prudente

ATA DO EXAME GERAL DE QUALIFICAÇÃO DE ELAINE DA SILVA NUNES, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA, CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA - CÂMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE

Aos 25 dias do mês de março do ano de 2025, às 10h, por meio de Videoconferência, reuniu-se a Comissão Examinadora composta pelos seguintes membros: Profa. Dra. DANIELA MELARÉ VIEIRA BARROS (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) Mestrado Profissional em Educação Inclusiva - PROFEI / Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva - PROFEI/UNESP, Profa. Dra. CICERA APARECIDA LIMA MALHEIRO (Participação Virtual) do(a) Mestrado Profissional em Educação Inclusiva - PROFEI / Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva - PROFEI/UNESP, Prof^a. Dr^a. ANA NOBRE (Participação Virtual) do(a) Educação / Universidade Aberta, Portugal, para o Exame Geral de Qualificação de ELAINE DA SILVA NUNES, nos termos de Regulamento do Programa, tendo a discente recebido o conceito final: aprovada. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

Profa. Dra. DANIELA MELARÉ VIEIRA BARROS



ANEXO B - Padlet

O Padlet⁴ é uma ferramenta digital interativa desenvolvida pela empresa Wallwisher Inc., criada para facilitar a construção de murais virtuais colaborativos. Seu objetivo principal é proporcionar um ambiente dinâmico e acessível para a organização e compartilhamento de diversos conteúdos multimídia, como textos, links, imagens, vídeos e documentos. Amplamente utilizada na educação, a plataforma se destaca pela sua interface intuitiva, que permite a interação entre professores e estudantes, promovendo a construção coletiva do conhecimento e de forma gratuita.



Fonte: Padlet (2025)

⁴ Acesso em <https://padlet.com/>.